



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

**OBSERVATÓRIO DO PERCURSO DOS DIPLOMADOS PELA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO
FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Origem Social e Trajectória Profissional

Pedro António Raposo Gil Chorão

Coimbra, 2003

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

OBSERVATÓRIO DO PERCURSO DOS DIPLOMADOS PELA FACULDADE
DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

Origem Social e Trajectória Profissional

**Dissertação de Monografia em Ciências do
Desporto e Educação Física** na Faculdade de Ciências
do Desporto e Educação Física da Universidade de
Coimbra. Realizado sob a Coordenação do Professor
Doutor Rui Gomes e Orientação da Dr.^a Elsa Silva.

ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS	I
ÍNDICE DE QUADROS.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA.....	3
1. O PROBLEMA SOCIAL DA INTEGRAÇÃO	3
2. DO PROBLEMA SOCIAL À PROBLEMÁTICA SOCIOLÓGICA.....	6
3. REFLEXÕES EM TORNO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL, DA TRAJECTÓRIA SOCIAL E DA SOCIALIZAÇÃO	7
4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ENQUANTO PROCESSO	11
5. A PESSOA HUMANA E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	14
CAPITULO III - METODOLOGIA	17
1. CARACTERIZAÇÃO DO INQUÉRITO	18
1.1. OBJECTIVOS.....	18
1.2. ÂMBITO	18
1.3. PERÍODO DE REFERÊNCIA	18
1.4. METODOLOGIA	18
2. AMOSTRA.....	19
2.1. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO	19
2.2. BASE DE AMOSTRAGEM.....	19
2.3. AMOSTRA	19
3. CONSTRUÇÃO DO INQUÉRITO	19
4. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	21
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	23
1. ENQUADRAMENTO	23
1.1. GRANDE GRUPO, SEXO, GRUPO ETÁRIO	23
2. PERFIL SOCIAL	25
2.1. NÍVEL DE ESCOLARIDADE, PROFISSÃO E SITUAÇÃO NA PROFISSÃO DOS PAIS DOS DIPLOMADOS	25

3. ACTIVIDADE	27
3.1. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS FACE À ACTIVIDADE	27
3.2. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS NA PROFISSÃO	30
3.3. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO O VÍNCULO CONTRATUAL	32
3.4. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO O REGIME DE TRABALHO	34
3.5. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO A PROFISSÃO.....	36
3.6. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO A ENTIDADE EMPREGADORA	37
3.7. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO O MODO DE OBTENÇÃO DO EMPREGO.....	38
3.8. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO A ACTIVIDADE SECUNDÁRIA.....	40
3.9. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS EMPREGADOS SEGUNDO A PROCURA DE EMPREGO	42
4. FORMAÇÃO	44
4.1. FORMAÇÃO DE ÂMBITO ACADÉMICO APÓS O CURSO	44
4.2. ESTÁGIO PROFISSIONAL	46
4.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL APÓS O CURSO	49
CAPÍTULO V - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	51
CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES	55
CAPÍTULO VII - REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES	57
1. REFLEXÕES	57
2. RECOMENDAÇÕES.....	60
CAPITULO VIII - BIBLIOGRAFIA	61

ANEXOS

ANEXO 1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

ANEXO 2. “INQUÉRITO – PILOTO” E SEU ESTUDO

ANEXO 3. CARTA ENVIADO JUNTO AOS INQUÉRITOS

ANEXO 4. INQUÉRITO DO PERCURSO AOS DIPLOMADOS

ANEXO 5. TABELAS DOS DADOS DO INQUÉRITO

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico IV.1 – Diplomados inquiridos por ano de licenciatura.....	23
Gráfico IV.2 – Diplomados segundo sexo por ano de término da licenciatura	24
Gráfico IV.3 – Nível de escolaridade dos pais dos diplomados.....	25
Gráfico IV.4 – Profissão dos pais dos diplomados.....	26
Gráfico IV.5 – Situação na profissão dos pais dos diplomados.....	26
Gráfico IV.6 – Situação dos diplomados face à actividade 6 meses após a conclusão do curso.....	27
Gráfico IV.7 – Situação dos diplomados face à actividade 1 ano e meio após a conclusão do curso.....	27
Gráfico IV.8 – Situação actual (Janeiro/Fevereiro de 2003) dos diplomados face à actividade.....	27
Gráfico IV.9 – Situação dos diplomados na profissão, nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso.....	30
Gráfico IV.10 – Situação dos diplomados na profissão, 1 ano e meio após a conclusão do curso.....	30
Gráfico IV.11 – Situação actual (Janeiro/Fevereiro de 2003 dos diplomados na profissão.....	30
Gráfico IV.12 – Vínculo contratual dos diplomados, 6 meses após a conclusão do curso.....	32
Gráfico IV.13 – Vínculo contratual dos diplomados na profissão, 1 ano e meio após a conclusão do curso.....	32
Gráfico IV.14 – Vínculo contratual dos diplomados na profissão, na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003).....	32
Gráfico IV.15 – Regime de trabalho dos diplomados, 6 meses após a conclusão do curso.....	34
Gráfico IV.16 – Regime de trabalho dos diplomados, um ano e meio após a conclusão do curso.....	34
Gráfico IV.17 – Regime de trabalho dos diplomados, na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003).....	34
Gráfico IV.18 – Profissão dos diplomados, 6 meses após a conclusão do curso.....	36

Gráfico IV.19 – Profissão dos diplomados, na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003).....	36
Gráfico IV.20 – Entidade empregadora dos diplomados, 6 meses após a conclusão do curso.....	37
Gráfico IV.21 – Existência de actividade secundária entre os diplomados....	40
Gráfico IV.22 – Actividade secundária dos diplomados.....	40
Gráfico IV.23 – Diplomados empregados que continuam a procurar emprego.....	42
Gráfico IV.24 – Frequência de formação de âmbito académico.....	44
Gráfico IV.25 – Desejo de frequentar formação de âmbito académico.....	44
Gráfico IV.26 – Formação de âmbito académico que os diplomados pensam frequentar.....	45
Gráfico IV.27 – Diplomados segundo a pertinência do estágio pedagógico para o desempenho profissional.....	46
Gráfico IV.28 – Aspectos para o estágio pedagógico ter contribuído para o desempenho profissional.....	46
Gráfico IV.29 – Razões para o estágio pedagógico não ter contribuído para o desempenho profissional.....	47
Gráfico IV.30 – Aspectos positivos do estágio pedagógico.....	47
Gráfico IV.31 – Aspectos negativos do estágio pedagógico	48
Gráfico IV.32 – Frequência de acções de formação profissional.....	49

ÍNDICE DE QUADROS

Tabela IV.1 – Idades dos diplomados inquiridos.....	24
Tabela IV.2 – Diplomados desempregados segundo as principais razões para o desemprego.....	28
Tabela IV.3 – Diplomados inactivos segundo as principais razões para a inactividade.....	29
Tabela IV.4 – Modo de obtenção de emprego dos diplomados.....	38
Tabela IV.5 – Razões apontadas pelos diplomados para continuar a procurar emprego.....	42
Tabela IV.6 – Razões para ter frequentado acções de formação profissional..	49

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física pela formação que recebi durante os cinco anos de curso.

Ao Professor Doutor Rui Gomes, pela proposta de trabalho na qual tive o prazer de participar e pela sua atenta coordenação.

À Dr.^a Elsa Silva pela disponibilidade, pela orientação e acompanhamento continuo ao longo de todo o trabalho.

Ao Hélder Costa e Pedro Malainho pela disponibilidade e entreaajuda, que permitiram não só a construção e aplicação do inquérito, mas também todo o desenrolar deste trabalho.

Aos diplomados inquiridos, tanto por via telefónica como pelo correio, pois sem a sua colaboração o trabalho não seria possível.

À minha família pelo apoio incondicional, pelo carinho e pela compreensão que sempre demonstraram.

Aos meus amigos por estarem sempre presentes.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

O trabalho que aqui apresentamos, orientado pela Dra. Elsa Silva e tendo como coordenador o Prof. Dr. Rui Gomes, teve como objectivos conhecer o perfil social e a trajectória profissional dos diplomados nos anos 2000, 2001 e 2002, em Ciências do Desporto e Educação Física na Universidade de Coimbra, de forma a conhecer a existência ou não de um problema de integração sócio-profissional.

Através da aplicação de um inquérito por questionário à população de diplomados, retirámos as seguintes conclusões, que contribuem de forma sequencial para a compreensão da situação: os licenciados inquiridos têm, na sua maioria, emprego; a maioria dos empregos é com termo; as actividades profissionais desenvolvidas são coerentes com a formação académica desenvolvida; há alguma instabilidade que ganha forma no facto de um número significativo de inquiridos procurar outros empregos apesar de já estarem empregados, como forma de alcançar situações mais seguras.

Contudo, e, de acordo com a hipótese que desenvolvemos no campo teórico, não podemos afirmar que os diplomados inquiridos estão integrados sócio-profissionalmente apenas pelo facto de se encontrarem, na sua maioria, empregados.

Portanto, se se pode falar de um problema de integração sócio-profissional é porque há um problema de integração social por parte de uma população qualificada para desempenhar uma função profissional específica em relação a um espaço social de referência. E a resolução deste problema passa, entre outros factores, pela capacidade de diálogo entre essa população específica e a comunidade de inserção.

Por último, e com o intuito de procurar resoluções para a questão da integração sócio-profissional, apresentamos hipóteses de trabalho práticas que permitam fortalecer os elos comunicativos entre o mercado de trabalho e a população profissional dos professores de educação física.

ABSTRACT

The present study, supervised by Dr. Elsa Silva and co-ordinated by Dr. Prof. Rui Gomes, aimed to learn the social profile of the graduated in 2000, 2001 and 2002, in “Ciências do Desporto e Educação Física” of Coimbra’ University, in order to understand if there is a problem of social/professional integration.

Trough the administration of an inquiry based on a questionnaire, applied to the graduates, we were able to take the following conclusions, which contribute to understand the situation: the inquired graduates are employed, in majority; the majority of jobs are with definite term; professional activities are in accordance with the academic education; there is some lack of security and stability that lays in the fact of a great number of employed graduates persist on looking for work in order to find more secure situations.

However, and in accordance with the hypothesis we developed in the theoretical field, we may not say the graduates are social/professionally integrated just because they are, in majority, employed.

Therefore, if we may speak of a social/professional’ integration problem is because there is a social integration problem of a qualified population to perform a specific professional function in a community. This problem may be solved trough a dialogue between that specific population and its insertion community.

At last, in order to find solutions to the social/professional integration problem, we present practical work hypothesis which allow communication ties between the work market and the teachers of “Educação Física” to be strengthened.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O propósito inicial deste trabalho é o de procurar respostas para uma questão central – a problemática da integração socioprofissional dos recém-licenciados em Educação Física – que tenho vivido em dois planos complementares. Um primeiro diz respeito à minha futura integração no mercado de trabalho e à vivência pessoal que irei ter dessa experiência. Não posso deixar de assumir que essa questão se coloca cada vez mais e que a necessidade de lhe encontrar respostas me tem ocupado um tempo e uma atenção consideráveis, quer enquanto pessoa, quer enquanto aluno finalista do meu curso de licenciatura. Estando esta questão ligada ao meu futuro profissional e àquilo que considero ser a minha vocação pessoal, não posso deixar de considerar que esse tempo é precioso.

Um segundo plano está directamente relacionado com a proposta que me foi feita no âmbito do último ano curricular da licenciatura e que diz respeito à necessidade de elaborar um trabalho de fim de curso que possa versar esta problemática através de um olhar sociologicamente informado. Ao solicitar-se a alunos da licenciatura de Ciências do Desporto e Educação Física a elaboração de um trabalho de carácter eminentemente sociológico está a propor-se um desafio quase tão grande como aquele que aqui nos propomos analisar.

Se a vontade de aprender e o desejo de novos desafios conduziram desde sempre a realização deste trabalho não posso, no entanto, deixar de ter consciência das minhas limitações pessoais no que diz respeito à falta de conhecimento técnico-prático de um campo científico acerca do qual tenho vindo a compreender a sua importância, mas do qual não tive uma formação académica aprofundada. Assim, o trabalho que aqui apresento é o resultado de um esforço de compreensão de uma problemática específica, mas também de abertura de um campo de análise que do ponto de vista prático e do ponto de vista académico me é totalmente novo. Aceitei o desafio, espero sair desta experiência uma pessoa mais enriquecida.

Se o propósito inicial deste trabalho se constitui através de uma questão que se pode considerar problemática, e que manifesta uma situação de transição para qualquer

tipo de formação académica – a transição de uma fase escolar para uma fase profissional –, a nossa orientação dividiu-se em dois tipos de pesquisa que, sendo complementares, se distinguem pelo tipo e pela qualidade de informação que proporcionam. Uma primeira, de carácter eminentemente teórico, procurou verificar de que forma a questão da integração socioprofissional pode ser entendida através de um conjunto de referências do domínio das ciências sociais. Dando-se especial evidência à importância dos processos educativos nas dinâmicas social e cultural, mas também acentuando a importância da introdução de novos valores no sistema educativo que permitam operar uma transformação que, partindo de uma lógica de transmissão de saberes, possa chegar a uma lógica de construção participada de saberes.

Se podemos considerar que este propósito foi cumprido do ponto de vista teórico, interessava-nos também produzir uma reflexão acerca dos dados empíricos recolhidos através da realização de um inquérito por questionário a uma amostra da população licenciada no curso de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra nos anos de 2000, 2001 e 2002. Este inquérito procurou identificar as origens sociais e as trajectórias de um percurso socioprofissional de uma população específica e delimitada. Os dados são esclarecedores e permitem confirmar algumas das hipóteses que fomos colocando na reflexão teórica elaborada.

Objectivos

- Saber se existe ou não um problema de empregabilidade entre os diplomados da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
- Constituir um referencial teórico de análise que permita reflectir sobre a questão da integração socioprofissional.
- Articular essa reflexão teórica elaborada com uma população específica – a dos diplomados em 2000, 2001 e 2002 pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

1. O PROBLEMA SOCIAL DA INTEGRAÇÃO

A interrogação central que se coloca a um recém-licenciado do ensino superior, essencialmente no domínio da sua trajectória profissional, está tradicionalmente ligada ao que se entende ser uma integração de sucesso no mercado de trabalho.

Esta questão é também assumida pelas instituições universitárias, que investem o seu esforço cognitivo, institucional, financeiro e humano na constituição de percursos de formação que potenciem da melhor forma possível essa mesma integração.

No entanto, há várias formas e possibilidades de entendimento do que é uma integração profissional de sucesso, assim como há entendimentos diversos do que é ou deve ser uma licenciatura com qualidade. De uma forma geral, atribuem-se significados pragmáticos a estas questões, quer do ponto de vista familiar / individual, quer do ponto de vista da gestão da instituição universitária ou da forma como esta é avaliada por agentes externos, nomeadamente pelo mercado de trabalho. São conhecidas e generalizadas algumas formas típicas de ver a questão, que expressam uma visão sociológica específica acerca do problema: as expressões “vou tirar um curso para ter um bom emprego”, ou “há cursos que não vale a pena tirar porque não têm colocação no mercado de trabalho” poderiam ser ouvidas da parte de um candidato ao ensino superior. Outras poderiam ouvir-se por parte de instituições empregadoras no mercado de trabalho: “as universidades deviam preparar os alunos para o mercado de trabalho”; “as competências técnicas devem ser desenvolvidas com vista à melhoria dos resultados”; “um bom aluno é um bom trabalhador”, etc.

Assumindo que estas questões são pertinentes num determinado tipo de contexto social, assumimos também que as possibilidades de problematização sociológica não se esgotam neste olhar e que se pode direccionar o olhar para um entendimento mais integrado do problema que articule a dimensão socioprofissional com outras dimensões de análise: a integração social, o papel sociocultural da escola e da universidade, o mercado de trabalho, a comunidade em que se insere a escola, etc.

É neste contexto que propomos um entendimento diferente do que é a integração profissional e que se insere na realidade que encontramos na população de licenciados em educação física: a grande maioria (quase a totalidade da população) consegue uma integração no mercado de trabalho, como nos mostram os dados obtidos a partir do “Inquérito-Piloto” (anexo 2):

Em Novembro de 2002 (data de aplicação do “Inquérito-Piloto”), verificámos que os licenciados da FCDEF/UC têm uma baixa taxa de desemprego.

Os licenciados em 1998 e 1999 estavam todos empregados, somente dos licenciados em 2000, 2001 e 2002, existiam 5%, 9% e 31% de desempregados, respectivamente.

Mas, será que a população dos licenciados consegue uma integração social que lhe permita instituir a importância da sua profissão nas comunidades em que se insere? Por outro lado, será que consegue garantir as condições de segurança e regularidade que se esperariam de um emprego a tempo inteiro?

Os dados do “Inquérito-Piloto” mostraram-nos, também, que a formação de âmbito académico tem uma percentagem elevada de efectivos, especialmente, dos indivíduos licenciados há mais tempo:

Frequentaram ou estão a frequentar uma formação de âmbito académico 87,5% dos licenciados no ano 1998; 41,7% dos licenciados no ano 1999; 13,6 dos licenciados em 2000; e 17,4% dos licenciados em 2001.

Será que a formação de âmbito académico pós-licenciatura é procurada como forma de melhorar a integração socioprofissional?

Justifica-se assim à partida a procura de uma problematização e de um enquadramento teórico que permitam constituir pistas e referências fundamentais para a abertura de vias de análise acerca da integração entre uma população de licenciados com uma formação específica e uma comunidade com necessidades diferenciadas. Interessa-nos, portanto, encontrar formas de ligação entre as

possibilidades de actuação de um licenciado em educação física, por um lado; e, por outro, uma comunidade específica em que este se vai inserir, e que terá, sempre, características, necessidades, problemas e potencialidades próprias que importa conhecer, reconhecer e integrar em possibilidade de acção concreta.

2. DO PROBLEMA SOCIAL À PROBLEMÁTICA SOCIOLÓGICA

A hipótese que defendemos, e que materializa a nossa própria visão do que deve ser o fenómeno educativo, estabelece uma relação importante entre a integração social e a integração profissional, porque a integração profissional é um processo que depende de uma sólida integração social que se materializa ou começa a ganhar forma no campo específico da escola, mas que não se limita a ela. Ora, estando a principal actividade profissional dos licenciados em Ciências do Desporto e Educação Física ligada a processos de aprendizagem e ensino ligados à escola ou a outras entidades de carácter formativo, a escola constitui-se como um dos espaços sociais de referência no que diz respeito à integração profissional deste grupo sócio-profissional. E assim é legítimo dizer que, nesta dimensão, o professor volta à escola e ganha através dela um papel fundamental na criação de novas possibilidades de desenvolvimento humano.

A nossa proposta vai no sentido de três direcções fundamentais: uma primeira, refere-se ao necessário conhecimento do espaço social de referência, neste caso Portugal, nas suas dimensões sócio-culturais; uma segunda, centra-se no entendimento de que a educação é um processo aberto e em crescente expansão para além dos limites que tradicionalmente lhe são inculcados; uma terceira, propõe uma nova visão da pessoa que está ligada a uma nova visão do processo de aprendizagem.

A integração social é um processo que não dependendo exclusivamente da escola, tem, neste espaço social de referência, um eixo central de estruturação de identidades pessoais, de trajectórias sociais, de percursos profissionais. A intervenção ao nível da escola poderá trazer frutos fundamentais no que diz respeito à integração profissional se o ensino for entendido, não exclusivamente como um momento de aquisição de competências técnicas, mas também como uma possibilidade de entendimento de nós próprios, dos outros e das possibilidades de integração social. O grande problema que se coloca a um licenciado não é, regra geral, a aplicação do conhecimento. O grande problema que se lhe coloca é a sua aplicação socialmente integrada.

3. REFLEXÕES EM TORNO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL, DA TRAJECTÓRIA SOCIAL E DA SOCIALIZAÇÃO

“A institucionalização de uma sequência de educação formal com vários anos de duração, e de um sistema de instituições especializadas para a veicular a milhões de pessoas, é um dos traços distintivos das sociedades actuais e constitui uma ruptura radical com as épocas anteriores da história da humanidade, no que respeita às formas de organizar socialmente a transmissão de saberes.”

(Almeida, 1994:117)

Um dos campos de análise sociológica que mais tem contribuído para a compreensão das lógicas de integração social e de trajectória social tem sido o da sociologia das classes sociais. Subjacente a este campo de análise está a ideia de que as sociedades se organizam em torno de factores de diferenciação social que podem ser objectivamente identificados e analisados, e que contribuem para a verificação de duas dimensões de análise centrais: a identificação da estrutura de classes de uma determinada sociedade num momento histórico identificável; a possibilidade de identificação dos factores que potenciam e / ou limitam a evolução das trajectórias sociais.

No que diz respeito ao nosso estudo particular, interessa-nos assinalar e evidenciar dois elementos centrais acerca desta perspectiva de análise. Por um lado, a constatação que a população portuguesa apresenta uma heterogeneidade assinalável no que diz respeito a vários aspectos que a caracterizam, heterogeneidade essa que é enquadrada do ponto de vista sociológico pelo conceito de classe social. Por outro lado, assumir que esta classificação em classes não impede a constatação de que há trajectórias sociais ascendentes, descendentes e estacionárias. Vejamos de que forma o conceito é construído, por um lado, e de que forma ele identifica as principais tendências de caracterização social da sociedade portuguesa na actualidade, por outro.

O estudo das classes sociais tem sido desenvolvido em Portugal por diversos autores que, ora teorizando e conceptualizando a questão, ora confrontando esse exercício teórico com a realidade empírica nacional, contribuem para a caracterização e compreensão da realidade social portuguesa. Este contributo vem no seguimento de uma tradição sociológica forte, porque, como nos diz Costa (1998), pouco haverá de mais fundamentado teoricamente e verificado empiricamente, no campo da sociologia, que o facto das relações assimétricas de poderes e as distribuições inigualitárias de recursos e oportunidades, ou, noutros termos, os sistemas estruturados de desigualdades e distinções sociais ou, ainda, as estruturas de classe e as hierarquias de estratificação, serem elementos constitutivos fundamentais das sociedades contemporâneas.

Este tipo de estudos tem sido desenvolvido em Portugal por este autor, com particular relevância no que diz respeito às instituições de ensino enquanto dimensões estruturantes das classes sociais e das sociedades contemporâneas. O modelo que propõe (Costa, 1988) foi construído no âmbito do Observatório Permanente sobre a Juventude Universitária, e materializa-se num modelo que distingue quatro conceitos fundamentais: pertença de classe e origem de classe; trajectória social (passado, presente e futuro); rede de relacionamentos sociais de classe; famílias de classes. A base de articulação destes quatro conceitos, ou a unidade de análise deste estudo, é constituída pelo grupo doméstico de origem¹, sendo que “as variáveis compostas fracção de classe e classe do pai e da mãe do inquirido foram construídas a partir das variáveis primárias principais – situação na profissão e profissão – e das variáveis primárias complementares – escolaridade, posição hierárquica, dimensão da empresa e ramo de actividade.” (Costa, 1988:13). É com base nesta construção conceptual que propõe uma tipologia de sete lugares de classe fundamentais: (i) – empresários, dirigentes e profissionais liberais; (ii) – profissionais técnicos e de enquadramento; (iii) – trabalhadores independentes; (iv) – agricultores independentes; (v) – empregados executantes; (vi) – operários industriais; (vii) – assalariados agrícolas.

¹ O conceito de grupo doméstico de origem, muito próximo do de família, vem resolver alguns problemas metodológicos associados à definição operatória de família. Um indivíduo pode viver longe da sua família biológica mas ter no seu espaço doméstico de habitação um contexto de relações humanas de carácter familiar.

Ora, a tese que este e outros autores defendem é precisamente a de que um conjunto de transformações espaciais, demográficas e socioprofissionais que tiveram lugar na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas alteraram a configuração da sua estrutura social de forma marcante². De que forma?

São quatro as dimensões fundamentais em que ocorrem as transformações estruturais referidas, segundo o nosso autor (Costa, 1998): (i) – litoralização, urbanização e desertificação; (ii) – dinâmicas demográficas especialmente marcadas pelo envelhecimento da população; (iii) – generalização da escolaridade e recomposição socioprofissional; (iv) – feminização da população activa e terciarização do emprego. Estas quatro dimensões parecem articular-se de tal forma que traduzem uma recomposição clara da estrutura de classes, evidente num conjunto de aspectos: (i) – declínio acentuado das fracções de classe ligadas à agricultura, especialmente no lado masculino; (ii) – redução lenta, mas provavelmente irreversível, dos operários industriais; (iii) – crescimento acentuado dos empregados executantes de escritórios, comércio e serviços; (iv) – crescimento moderado dos trabalhadores independentes; (v) – crescimento forte e contínuo das duas classes dominantes.

Da leitura destas transformações os autores também salientam uma série de novas dinâmicas da sociedade portuguesa. Em primeiro lugar, a confirmação do processo de feminização da população activa, apesar deste não ocorrer na mesma proporção em toda a esfera profissional, com especial défice nas classes dominantes. Em segundo lugar, como afirma Costa (1998)³, o grande crescimento de profissionais técnicos e de enquadramento contribui para que o peso global das classes médias – de inserção predominantemente urbana – seja uma das características fundamentais da estrutura de classes, actualmente, em Portugal. De facto, dizem-nos mais uma vez os autores, pode hoje falar-se de dois protagonismos sociais contrastantes: um

² Para além de António Firmino da Costa, esta tese é defendida por Elísio Estanque: “De acordo com diversos indicadores e resultados estatísticos compilados num período recente (Reis, 1994; Barreto, 1996), a sociedade portuguesa tem vindo a revelar nas últimas décadas um assinalável conjunto de transformações no domínio sócio-económico e cultural que apontam no sentido da modernização do país e da ‘abertura’ das suas estruturas mais obsoletas, no quadro de um processo de institucionalização democrática hoje bastante solidificado.” (Estanque, 1998:173).

³ Começa a fazer-se a distinção entre o protagonismo na esfera económica e privada – atribuído aos empresários – e o protagonismo profissional, nos termos intelectuais, científicos e técnicos – atribuído aos profissionais técnicos e de enquadramento – a que corresponde uma distinção entre capital económico e capital intelectual.

segmento empresarial e dirigente predominantemente masculino, com baixo nível de escolaridade e comparativamente mais velho; um sector profissional com alto nível de escolaridade, mais jovem e cada vez mais feminizado. Em terceiro lugar, e tendo em conta que os capitais económicos e os capitais intelectuais se constituem como as duas principais vias de mobilidade social, verifica-se uma “rede muito heterogénea de trajectórias sociais a ligar todas as categorias de classe entre si, traduzindo fluxos importantes de mobilidade ascendente, descendente e também de permanência nos lugares de classe de pais para filhos.” (Costa, 1998:41). Por fim, e no que diz respeito à inserção no espaço da União Europeia, são duas as dimensões que nos permitem, na articulação com os indicadores referidos, compreender estes fenómenos na dimensão transnacional: a dimensão socioprofissional e a dimensão socioeducacional. O estudo dos tecidos económicos, sistema de ensino-formação e percursos de escolarização das populações ajuda a discernir as variantes e as excepções que caracterizam cada país. Embora os dados mostrem que a situação no interior da União Europeia está longe de ser homogénea, existe um padrão no seu conjunto, concluindo-se que as chamadas “novas desigualdades” não são novas e que se mantêm as hierarquias de status, as distinções associadas a estilos de vida, as desigualdades sociais entre homens e mulheres, a importância das clivagens étnicas, a autonomia relativa e os modos de constituição específicos das formas de acção colectiva perante as categorias de condições sociais de existência.

Ora, esta caracterização das transformações e da evolução da sociedade portuguesa nas últimas décadas são um elemento fundamental para compreender e re-equacionar o papel da escola, do ensino e do professor num contexto actual de percurso profissional da classe de licenciados em Ciências do Desporto e Educação Física, por um lado, mas também para a sensibilidade social que consideramos fundamental no desenvolvimento de um processo escolar em que o nosso papel passa a ser o de orientar os alunos.

Se considerarmos a escola como um espaço de diálogo social e individual por excelência, a tomada de consciência das assimetrias e dos contrastes é fundamental no sentido de procurar um entendimento novo do papel social de cada indivíduo, pela compreensão de si, pelo auto-conhecimento, mas também pela capacidade de uma integração social e cultural alargada.

4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ENQUANTO PROCESSO

No quadro da análise que apresentámos no ponto anterior, são três os factos que contribuem para que a educação possa ser considerada como um elemento central e polarizador nos processos de formação e transformação característicos das sociedades contemporâneas: em primeiro lugar, como nos diz Almeida (1994), a institucionalização da educação formal com vários anos de duração, e o sistema de instituições especializadas para a veicular a milhões de pessoas são características fundamentais da sociedade actual que constituem uma ruptura com as antigas formas de transmissão de saberes; em segundo lugar, a correlação evidenciada por António Firmino da Costa entre os capitais intelectuais (e também os capitais económicos) e os processos de mobilidade social; por fim, a constatação de que se assistiu, no Portugal contemporâneo, a uma generalização da escolaridade, também evidenciada pelo mesmo autor.

Se a ligação destes três factos demonstra de forma clara a correlação verificável entre educação e transformação social, dando a entender que a educação é um dos meios privilegiados de construção de percursos e trajectórias de vida, por um lado, e de transformação social, por outro, uma outra questão deve ser evidenciada, e certamente com o mesmo grau de importância: que valores podem ser introduzidos nesse processo de transformação, e que orientações éticas e de sentido social devem ser veiculados no que diz respeito à relação entre a escola – *espaço social de referência no processo educativo* – e a sociedade – *espaço social onde os indivíduos interagem e se manifestam nas suas diversas realidades e problemáticas*.

Foi nesse sentido que procurámos um documento orientador de princípios que permitisse identificar, de uma forma global e integradora, os princípios que orientam as sociedades contemporâneas no que diz respeito à constituição de uma educação para o futuro através de um conjunto de valores de referência que orientam possibilidades de mudança e transformação social.

A ideia de que a educação se deve organizar à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, se constituem para cada indivíduo como os pilares do conhecimento, é um dos princípios fundamentais identificados por

Jacques Delors em “Educação – um tesouro a descobrir” e que se afirma como um valor de transformação, não só do sistema educativo em si, mas também da forma como a sociedade se olha a si mesma enquanto sistema de comunicação e aprendizagem. Esta nova concepção alargada de educação “supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como via obrigatória para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem económica), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser.” (Delors, 1996:78).

Os quatro pilares do conhecimento podem ser identificados através de quatro aprendizagens fundamentais que definem o indivíduo na sua procura como: (i) – *aprender a conhecer*: adquirir os instrumentos da compreensão; (ii) – *aprender a fazer*: para poder agir sobre o meio envolvente; (iii) – *aprender a viver juntos*: para poder participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas; (iv) – *aprender a ser*: via essencial que integra as três precedentes. Entenda-se aqui a educação como processo e formalização de uma procura que não se esgota no conhecimento adquirido mas, essencialmente, no conhecimento vivido em relação, apresentando desta forma uma mudança qualitativa face ao modelo tradicional de educação que, como nos dizem os autores, “orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente, para o aprender a conhecer e, em menor escala, para o aprender a fazer.”. A proposta é simples mas exigente: “cada um dos ‘quatro pilares do conhecimento’ deve ser objecto de atenção igual por parte do ensino estruturado a fim de que a educação apareça como uma experiência global a levar a cabo ao longo de toda a vida, no plano cognitivo e prático, para o indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade.” (idem).

E assim, o papel do ensino estruturado ou formal deixa de ser o de tornar o aluno um depositário fiel de informação e conhecimento, para passar a ser considerado como um campo de crescimento individual e social em que um conjunto de princípios e valores essenciais devem ser fundados, por um lado, e ajudados a crescer por outro. Um percurso que se compreende melhor se visto sinteticamente: primeiro, os princípios e os valores que orientam a acção; segundo, a acção como expressão fundamental desses valores, através da criatividade e da inovação; de seguida, entendam-se os valores e a acção humana como tendo um carácter comunitário e

social por excelência – não vivemos sem o outro – e esse é o princípio da comunicação, transversal a tudo; por fim, toda a aprendizagem se revela fundadora de um propósito último: conhecermo-nos enquanto pessoas e realizarmo-nos enquanto projecto humano.

Daqui resulta que o papel principal da educação formal é o de lançar uma estrutura de princípio e valor que permita ao indivíduo procurar questões e encontrar respostas ao longo de toda a sua vida, seja no domínio estritamente profissional, seja no domínio pessoal ou familiar, seja no domínio social em sentido lato.

5. A PESSOA HUMANA E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Ao assumirmos os quatro pilares do conhecimento como elementos idealmente estruturantes do que deve ser a relação do indivíduo com o processo de aprendizagem e com a instituição de ensino, estamos a assumir que há um propósito para o sistema educativo que vai além da mera inserção profissional ou da aprendizagem técnico-prática. Mais do que um *saber fazer*, os quatro pilares enunciados anunciam um *saber aprender* que tem como ponto de partida e ponto de chegada o sujeito e o seu autoconhecimento: o homem cria-se e recria-se na medida em que se conhece e em que age em função do conhecimento de si.

Esta nova concepção de pessoa assenta numa ideia concreta de desenvolvimento que materializa os seus eixos de definição:

“o desenvolvimento tem por objecto a realização completa do homem em toda a sua riqueza e na complexidade das suas pressões e dos seus compromissos: indivíduo, membro de uma família e de uma colectividade, cidadão e produtor, inventor de técnicas e criador de sonhos.”

(Delors, 1996:87)

Mas se a educação deve dar forma, cada vez mais, a um “saber aprender”, então o processo cognitivo torna-se central na relação de aprendizagem. E se a essa relação de aprendizagem subtrairmos os limites que lhe são impostos por uma visão fechada da escola e do conhecimento, então podemos assumir o processo cognitivo como uma relação dinâmica entre o sujeito e o objecto do conhecimento: o homem passa a assumir-se numa relação reflexiva.

Vista desta forma, a aprendizagem consiste num processo de tomada de consciência em que estão envolvidos uma série de agentes / instituições – escola, família, comunidade, Estado, meios de comunicação social, empresas, amigos, etc. – que participam e interferem, através dos valores que introduzem, dos meios que disponibilizam e da acção que incorporam na formação da educação num dado contexto histórico e social. A educação parte da escola, mas não termina aí. Porque

esta é um espaço social de carácter expansivo e formativo que desempenha um papel central na transformação, orientação e condução da vida social e das práticas de cidadania.

E este processo cognitivo contém em si particularidades da relação cognitiva que ganha forma e dinâmica num contexto social, que se constitui como ponto de partida de um sistema de “capacidades” humanas, que estabelecem a ponte entre um processo de educação, por um lado, e toda uma trajectória de inserção social e profissional, por outro. Por outras palavras, a aprendizagem é um fenómeno de integração.

É o que nos dizem estudos fenomenológicos diversos, dos quais destacamos o modelo de Hubert Dreyfus (2000).

Dreyfus identifica cinco níveis no processo de aprendizagem de capacidades por parte dos sujeitos: (i) – iniciado: os sujeitos actuam com base em elementos e regras independentes do contexto; (ii) – iniciado avançado: também utilizam elementos situacionais, que aprenderam a identificar e a interpretar com base nas suas experiências de situações similares; (iii) – executante competente: têm na base das suas acções a escolha de objectivos e planos – estes são utilizados para estruturar e armazenar a informação, tanto a que depende do contexto como a que é independente; (iv) – executante experimentado: identificam os problemas, os objectivos e os planos de forma intuitiva com base na sua própria experiência; a escolha intuitiva é precedida por uma avaliação analítica anterior à acção; (v) – perito: o comportamento do perito é intuitivo, holístico, sincrónico, compreendido na medida em que uma dada situação liberta uma imagem que tudo engloba – problema, objectivos, planos, decisão e acção -, tudo se passando em simultâneo e sem espaço para divisão em fases; os peritos caracterizam-se por um desempenho fluido, sem esforço, sem os impedimentos das decisões analíticas.

Ora, o modelo de Dreyfus contém um salto qualitativo dos três primeiros estágios para os dois últimos: este salto implica o abandono do pensamento baseado em regras como a base mais importante da acção, para que se proceda à sua substituição pelo contexto e pela intuição – a acção baseada em regras lógicas é substituída pela

acção baseada na experiência. Os melhores desempenhos, diz-nos o autor, seja em que área de actividade humana for, requerem uma perícia qualitativamente diferente, baseada na intuição, na experiência e no julgamento: a intuição é a capacidade de assimilar de forma directa a nossa experiência pessoal – corporal, emocional e intelectual – e reconhecer similaridades entre esta e as novas situações com que somos deparados. Assim, a intuição é internalizada, faz parte do indivíduo, e não pode ser exteriorizada através de regras e procedimentos que, se seguidos, levem ao mesmo resultado do comportamento intuitivo.

Este modelo não pressupõe a separação entre o racional e o intuitivo, salientando até que esta separação impede que se entenda o processo de acção e de compreensão dos indivíduos humanos. Ela deve, sim, ser superada através da introdução de um novo conceito – a ideia de arracional. A palavra racional, do latim ratio, significa calcular. No Ocidente, o termo foi tomado por pensamento analítico, isto é, com a separação consciente do todo em partes. O comportamento arracional, por seu lado, está conotado com o comportamento situacional sem a divisão analítica do todo em partes e sem a avaliação efectuada com base em regras independentes do contexto.

E assim, o conhecimento é tido como o desenvolvimento de capacidades que, apesar de terem dimensões racionais, normativas, sequenciais, só podem levar aos melhores desempenhos se internalizados e intuitivamente transformados em acção, ou seja, se integrados na totalidade da pessoa que age.

CAPITULO III

METODOLOGIA

O dossier metodológico que aqui se apresenta surge de um trabalho que visa recolher, produzir e analisar informação sobre o período de transição para a vida activa dos diplomados do ensino superior.

O inquérito de Percurso aos Diplomados da FCDEF-UC nos anos 2000, 2001 e 2002 foi realizado em Janeiro/Fevereiro de 2003, junto de uma amostra de diplomados do Curso de Ciências do Desporto e Educação Física. Este inquérito foi antecedido, no final do ano 2002, da realização de um “inquérito-piloto” aplicado com carácter experimental aos diplomados, tendo-se abrangido uma amostra da população dos diplomados de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002.

O questionário concebido para o inquérito foi baseado no “Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior – 2001”, realizado e validado pelo Instituto para a Inovação na Formação (2002) que se desenvolveu a partir de um modelo analítico que contempla quatro dimensões consideradas fundamentais para a análise dos percursos sócio-profissionais dos diplomados: a origem social, a trajectória escolar, a trajectória profissional e as representações e expectativas destes diplomados em termos do seu percurso educativo e profissional.

O estudo aqui apresentado apenas contempla a origem social e a trajectória profissional dos diplomados.

1. CARACTERIZAÇÃO DO INQUÉRITO

1.1. OBJECTIVOS

- Caracterização do perfil dos licenciados na FCDEF/UC;
- Descrição do percurso profissional dos indivíduos desde que terminaram o ensino superior até à actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003).

1.2. ÂMBITO

O inquérito dirigiu-se aos diplomados na FCDEF/UC nos anos 2000, 2001 e 2002.

1.3. PERÍODO DE REFERÊNCIA

O inquérito é um questionário que permite informação sobre a origem social e situação profissional dos diplomados durante os primeiros 6 meses, 1 ano e meio após a conclusão do curso e na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003). Para a caracterização da situação profissional na actualidade estabeleceu-se um mês de referência que coincide com o período entre a entrega (28 de Janeiro) e devolução do inquérito (24 de Fevereiro).

1.4. METODOLOGIA

O inquérito aplicado, de carácter retrospectivo e de administração indirecta, tendo sido desenvolvido pelos alunos membros de seminário Pedro Chorão, Helder Costa e Pedro Malainho, teve como base de referência metodológica o Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior (2001), do Instituto para a Inovação na Formação, e foi disponibilizado pelo Professor Doutor Rui Gomes como sendo uma referência de trabalho a seguir.

A sua aplicação foi feita por via postal, tendo sido enviado juntamente com um pedido de colaboração redigido pela Dr^a Elsa Silva, orientadora de seminário. A data limite de devolução aí assinalada era de 24 de Fevereiro de 2003. O inquérito era acompanhado de envelope com taxa paga e destinatário FCDEF / UC.

2. AMOSTRA

2.1. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO

A população alvo para o inquérito de Percurso dos Diplomados na FCDEF/UC é constituída pelos diplomados nos anos 2000, 2001 e 2002, num total de 72, 66 e 63, respectivamente.

2.2. BASE DE AMOSTRAGEM

A base de amostragem é formada pelos diplomados cujo contacto (endereço e n.º de telefone) foi registado e actualizado, excluindo os alunos que não estudaram em todos os 5 anos da licenciatura na FCDEF/UC e aqueles que não se mostraram disponíveis aquando a aplicação do “Inquérito-Piloto” por via telefónica.

2.3. AMOSTRA

A amostra é constituída pelos licenciados que devolveram o inquérito devidamente preenchido (53 indivíduos). A amostra foi, deste modo, construída de forma aleatória.

3. CONSTRUÇÃO DO INQUÉRITO

O questionário concebido para o inquérito contempla 4 dimensões consideradas fundamentais para a análise dos percursos sócio-profissionais dos diplomados: a origem social, a trajectória escolar, a trajectória profissional e as representações e expectativas destes diplomados em termos do seu percurso educativo e profissional. Contudo, o estudo aqui apresentado incide apenas em 2 dimensões: origem social e trajectória profissional.

- Origem Social

Este grupo de questões tem por objectivo caracterizar os indivíduos a nível pessoal, familiar, social, económico e cultural.

O grupo é constituído por 14 questões, organizadas em 4 subconjuntos:

- caracterização do indivíduo;
- nível de escolaridade dos pais e do cônjuge;
- condição dos pais perante o trabalho;
- situação dos pais na profissão.

- Trajectória Profissional

Este conjunto de questões tem por objectivo descrever o percurso profissional dos indivíduos desde que terminaram o ensino superior até à actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003).

O conjunto é constituído por 63 questões organizadas em 6 grandes subconjuntos:

- caracterização da trajectória profissional pós-conclusão do curso;
- formação académica pós-diploma do ensino superior;
- caracterização da situação profissional imediatamente a seguir (ou seja, nos 6 meses seguintes) a terminar o curso;
- caracterização da situação profissional um ano e meio após a conclusão do curso; - a caracterização da situação actual;
- formação profissional.

O presente inquérito é constituído por um questionário adaptado do “Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior – 2001”, como foi referido anteriormente. Contudo, suprimiram-se algumas questões e acrescentaram-se outras, relativamente a este último, de forma a adaptá-lo à população em estudo.

No conjunto de questões relativas à origem social: suprimiram-se as questões 162, 163, 164, 168, 170, 171, 172, 174, 176, 177 e 178; e modificou-se a questão 179.

Quanto ao conjunto de questões relativas à trajectória profissional foram excluídas as questões relativas à situação profissional após 3 anos e as questões 53, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 71, 73, 76, 77, 81, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 138, 142 e 143; foi modificada a questão 135; e, no subconjunto da formação profissional, foram acrescentadas 4 questões relativas ao estágio pedagógico com o intuito de conhecer a sua importância (para o desempenho profissional e para a socialização) e os aspectos positivos e negativos.

No que diz respeito ao subconjunto da caracterização da situação profissional, imediatamente a seguir a terminar o curso, optámos por considerar os primeiros 6 meses em vez de considerar apenas o primeiro mês. Esta alteração justifica-se pelo facto de os diplomados terem terminado o curso no mês de Junho, ao qual se segue, na generalidade, um período de férias.

4. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

A análise estatística dos dados foi realizada através do programa “*Statistical Program for Social Sciences – SPSS version 11.0 for Windows*”. A análise estatística utilizada foi a estatística descritiva aplicada na caracterização da amostra em relação às variáveis independentes e descrição das diferentes variáveis independentes obtidas, utilizando frequências e calculando as percentagens das variáveis com interesse. O programa de tratamento estatístico utilizado, apenas compreende variáveis numéricas. Portanto, como este programa não trata as questões abertas, foi necessário, primeiramente, analisar detalhadamente as respostas e agrupá-las segundo classes.

As questões que foram tratadas desta forma foram: 12,13, 39, 41, 50, 62, 71, 87, 88, 89, 90 e 93.

CAPÍTULO IV

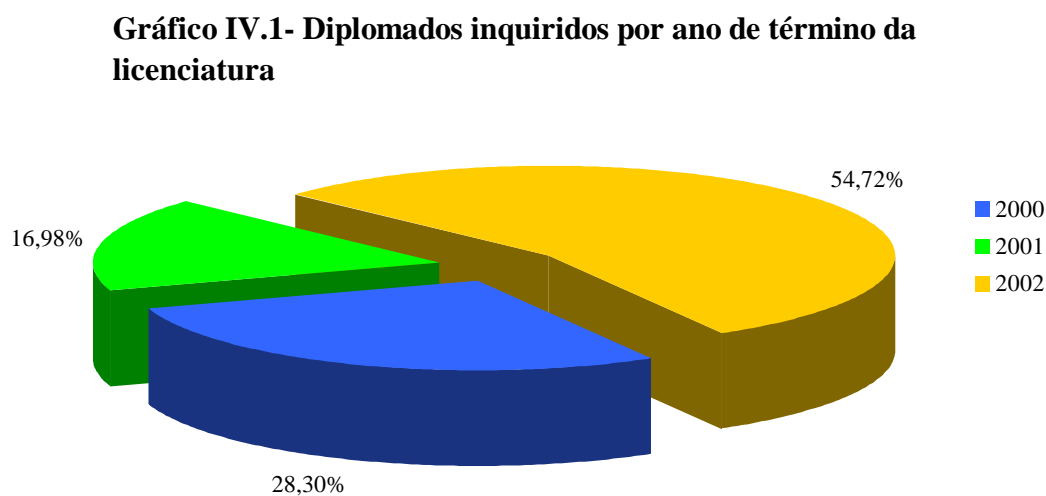
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS⁴

O inquérito aqui analisado foi aplicado a licenciados em Ciências da Educação Física, na Faculdade de Ciências da Educação Física da Universidade de Coimbra, nos anos 2000, 2001 e 2002.

Numa primeira fase deste capítulo, começaremos por realizar o enquadramento da população inquirida, posteriormente, apresentaremos o perfil social dos indivíduos, a sua situação na actividade e, por último, a formação.

1. ENQUADRAMENTO:

1.1. GRANDE GRUPO, SEXO, GRUPO ETÁRIO



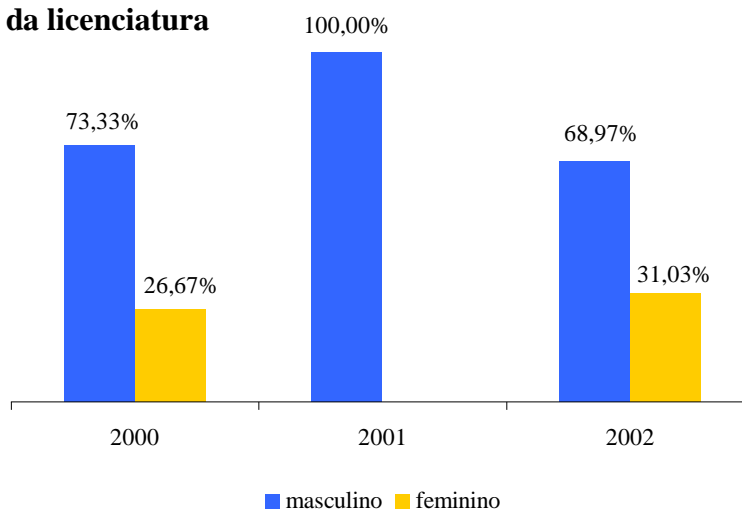
A amostra é constituída por 53 indivíduos, dos quais 15 (28,30%)⁵ terminaram a licenciatura no ano 2000; 9 (16,98%)¹ no ano 2001; e 29 (54,72%)¹ no ano 2002.

Os inquiridos licenciados no ano de 2002 são os que têm maior representatividade.

⁴ Sempre que se considerou irrelevante, optámos por excluir dos gráficos a percentagem de indivíduos que não responderam. Contudo, como estes fazem parte do total sobre o qual são determinadas as percentagens, por vezes, a soma das partes não atinge os 100%.

⁵ Percentagem sobre o total de 53 indivíduos

Gráfico IV.2 - Diplomados inquiridos segundo o sexo por ano de término da licenciatura



A população inquirida é, maioritariamente, do sexo masculino.

Tabela IV.1 - Idades dos diplomados inquiridos

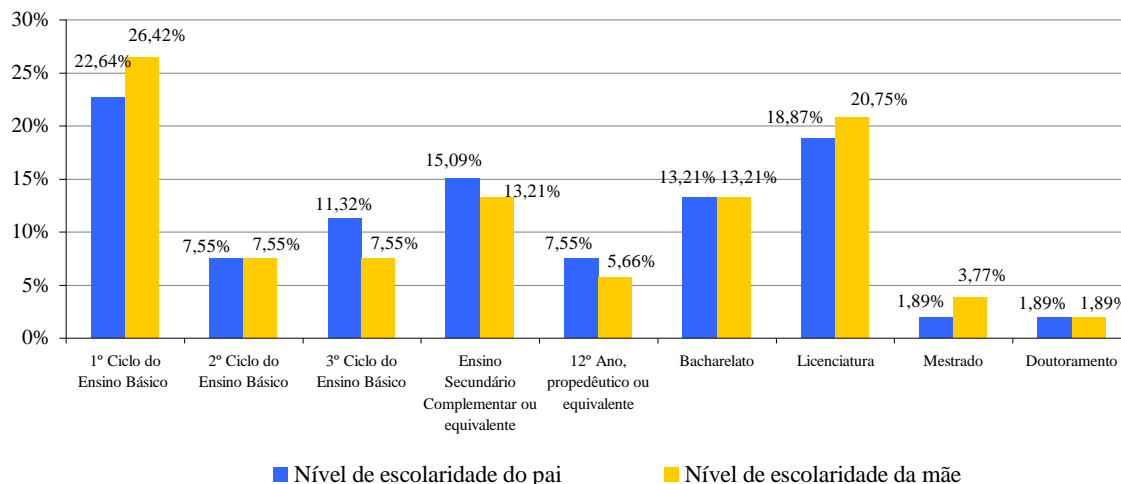
Idades	Ano de Término de Licenciatura		
	2000	2001	2002
Máxima	30	32	37
Média	26,22	25,78	25,14
Mínima	25	24	23

As idades variam entre os 23 e os 37 anos, situando-se a idade média entre os 25 e os 26 anos.

2. PERFIL SOCIAL

2.1. NÍVEL DE ESCOLARIDADE, PROFISSÃO E SITUAÇÃO NA PROFISSÃO DOS PAIS DOS DIPLOMADOS

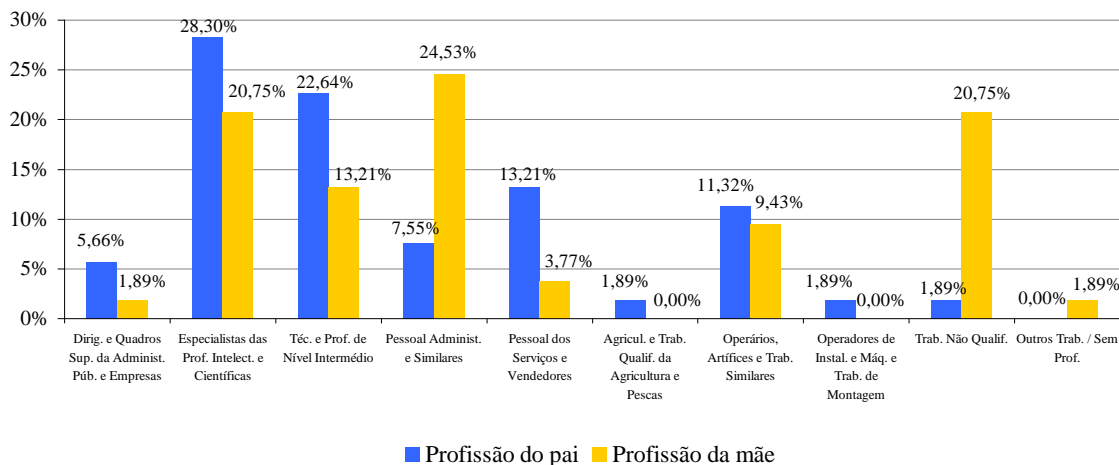
Gráfico IV.3 - Nível de escolaridade dos pais dos diplomados inquiridos



A maioria dos pais bem como a maioria das mães possui apenas o 1º ciclo do Ensino Básico (Antigo Ensino Primário – 4ª cl.). Contudo, existe também uma elevada percentagem de pais e de mães licenciados. Podemos verificar, também, que os níveis de formação que contam com uma percentagem mais elevada de mães do que de pais são: apenas o 1º ciclo do Ensino Básico; a Licenciatura e o Mestrado. Donde podemos concluir que as mulheres, mais do que os homens, se distribuem pelas formações extremas.

Os pais e as mães dos diplomados inquiridos estavam, na sua maioria, à altura em que o inquérito foi respondido, empregados (69,81% e 66,04%, respectivamente). Uma percentagem significativa estava reformada (18,87% dos pais e 16,98% das mães). O desemprego é praticamente inexistente, havendo apenas 1,87% de desempregados do sexo masculino. No grupo das mães existem, ainda, 11,32% que afirmaram ser “domésticas”.

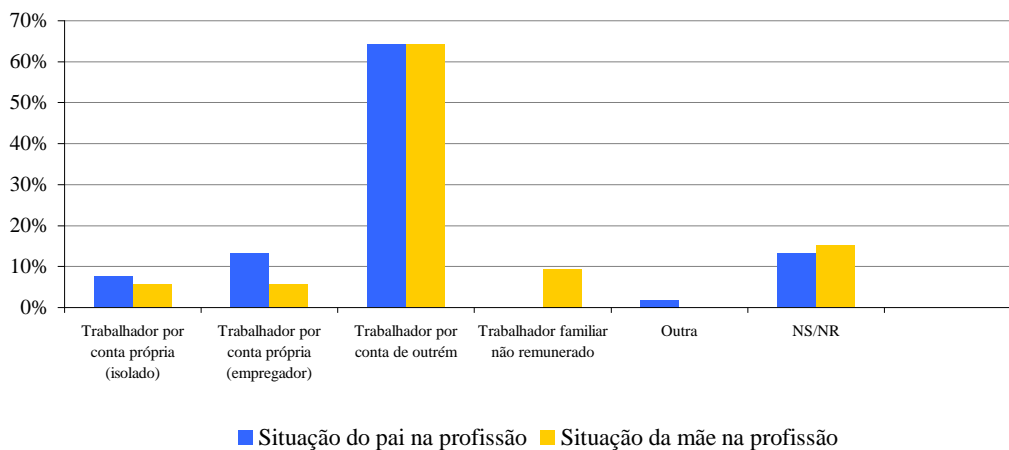
Gráfico IV.4 - Profissão² dos pais dos diplomados inquiridos



A maioria dos pais dos inquiridos enquadra-se na classe⁶ dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; outra grande percentagem enquadra-se na classe dos Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.

A maioria das mães pertence à classe do Pessoal Administrativo e Similares; outras duas grandes percentagens pertencem à classe dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e à classe dos Trabalhadores não Qualificados.

Gráfico IV.5 - Situação na profissão dos pais dos diplomados inquiridos



A maioria dos pais e das mães são trabalhadores por conta de outrem, 64,15% em ambos os casos.

⁶ São 9 as profissões consideradas segundo a Classificação Nacional de Profissões: Dirigentes e Quadros Superiores da Administração Pública e Empresas; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; Pessoal Administrativo e Similares; Pessoal dos Serviços e Vendedores; Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; Operários, Artífices e Trabalhadores Similares; Operadores de Instalações e Máquinas e Trab. Montagem; Trabalhadores não Qualificados.

3. ACTIVIDADE

3.1. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS FACE À ACTIVIDADE

Gráfico IV.6 - Situação dos diplomados inquiridos face à actividade nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso

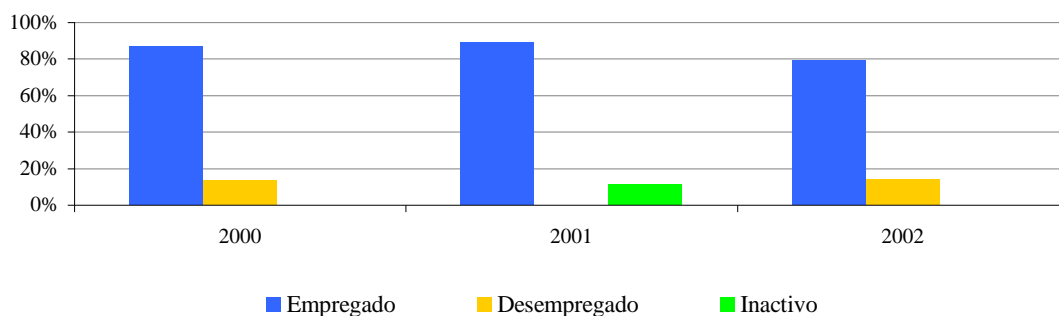


Gráfico IV.7 - Situação dos diplomados inquiridos face à actividade 1 ano e meio após a conclusão do curso

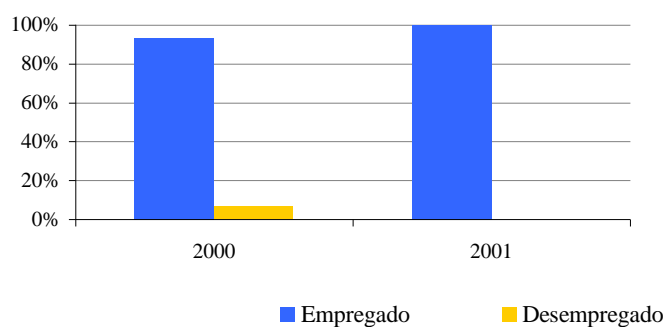
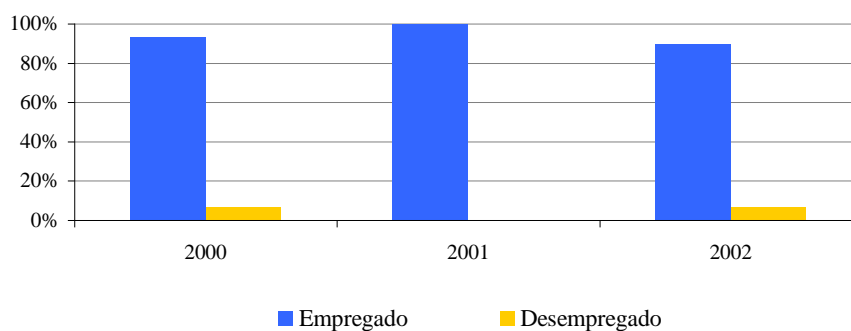


Gráfico IV.8 - Situação actual (Janeiro/Fevereiro de 2003) dos diplomados inquiridos face à actividade



Nos seis meses seguintes após a conclusão do curso, a maioria, em todos os anos, estava empregada (86,67% dos licenciados inquiridos no ano 2000; 88,89% dos licenciados inquiridos no ano 2001; 79,31% dos licenciados inquiridos no ano 2002).

Dos inquiridos no ano de 2000, apenas 13,33% estavam desempregados. Dos inquiridos no ano de 2001, não havendo desempregados, 11,11% estavam inactivos. Dos licenciados em 2002, 13,79% estavam desempregados.

Passado um ano e meio após a conclusão do curso, dos inquiridos em 2000 havia uma percentagem de empregados (93,33%) e dos inquiridos em 2001 a percentagem de emprego era absoluta (100%).

Quanto aos licenciados inquiridos em 2002, ainda não tinham perfeito um ano e meio após a conclusão da licenciatura aquando a aplicação do inquérito.

Na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003), podemos verificar que a empregabilidade dos licenciados inquiridos em 2000 e em 2001 se manteve e a dos licenciados inquiridos em 2002 aumentou – 89,86% dos licenciados inquiridos em 2002 estão empregados e apenas 6,90% estão desempregados.

Quadro IV.2 - Diplomados inquiridos desempregados segundo as principais razões para o desemprego⁷

Razões para o desemprego (%)	Nos 6 Meses seguintes após a conclusão do curso	1 Ano e meio após a conclusão do curso	Situação Actual (Janeiro/Fevereiro de 2003)
Não encontrava trabalho adequado à formação	16,67		33,33
Não encontrou nenhum emprego	50,00	100	66,67
Fim de contrato	33,33		33,33
Outra	16,67		33,33

Em primeiro lugar é de salientar que o número de desempregados é muito reduzido. Dos licenciados inquiridos em 2000, apenas 2 estavam desempregados nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso e dos licenciados inquiridos em 2002, decorrido

⁷ A pergunta é de escolha múltipla e as percentagens apresentadas são sobre os indivíduos desempregados em cada uma das fases (6 meses, um ano e meio e actual).

o mesmo tempo, os desempregados eram 4. Dos licenciados inquiridos em 2001 não há registo de desemprego em nenhuma das fases.

Um ano e meio após a conclusão do curso, só houve um desempregado, licenciado em 2000 e, à data de aplicação do inquérito, existiam 3 desempregados – 1 licenciado em 2000 e 2 em 2002.

As razões apontadas, nas três sequências temporais, não variaram muito. A mais escolhida foi “não ter encontrado nenhum emprego”; em seguida, o “fim de contrato”; e, por último, o facto de “não encontrar trabalho adequado à sua formação”. Uma percentagem significativa apontou ainda “outra razão” que não foi explicitada.

Quadro IV.3 - Diplomados inquiridos inactivos segundo as principais razões para a inactividade

Razões para a inactividade (%)	Nos 6 Meses seguintes após a conclusão do curso	1 Ano e meio após a conclusão do curso	Situação Actual (Janeiro/Fevereiro de 2003)
Decidiu continuar a estudar	100		

Da população inquirida, nas três sequências temporais, apenas um dos licenciados (em 2001), ficou inactivo 6 meses após a conclusão do curso. A razão apontada para a inactividade foi o facto de ter “decidido continuar a estudar”.

3.2. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS NA PROFISSÃO

Gráfico IV.9 - Situação dos diplomados inquiridos na profissão, nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso

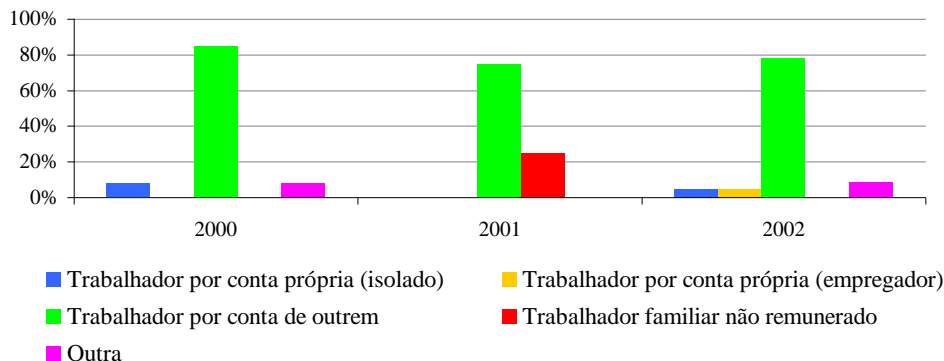


Gráfico IV.10- Situação dos diplomados inquiridos na profissão, 1 ano e meio após a conclusão do curso

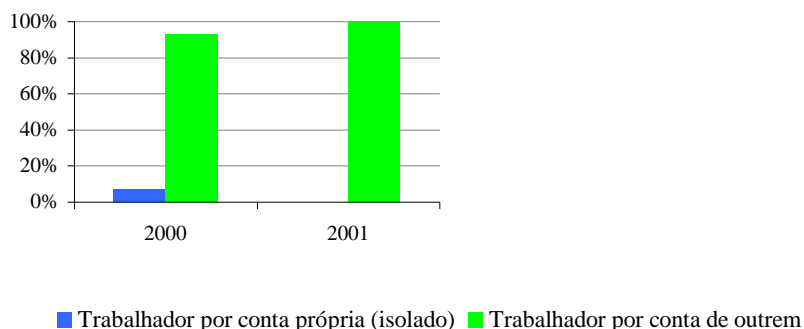
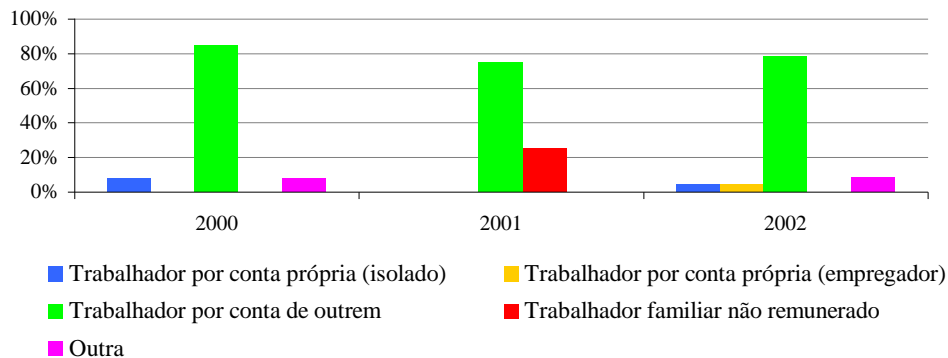


Gráfico IV. 11 - Situação actual (Janeiro/Fevereiro de 2003) dos diplomados inquiridos na profissão



A situação no trabalho, nos 6 meses após a conclusão do curso, para os inquiridos no ano de 2000, 2001 e 2002, era, na maioria, “trabalhador por conta de outrem” (84,62% dos inquiridos em 2000; 75,00% dos inquiridos em 2001; 78,26% dos inquiridos em 2002).

Dos inquiridos em 2000, 7,69% eram “trabalhadores por conta própria – isolados” bem como 4,35% dos inquiridos em 2002. Destes últimos, 4,35% eram ainda “trabalhadores por conta própria – empregadores”.

Dos inquiridos em 2001, 25,00% eram “trabalhadores familiares não remunerados”.

Tal como acontecia nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso, a situação no trabalho, após ano e meio, era, na maioria, “trabalhador por conta de outrem” (92,86% dos inquiridos em 2000; 100% dos inquiridos em 2001).

Dos inquiridos em 2000, 7,14% eram “trabalhadores por conta própria – isolado”.

Na actualidade, a maioria dos licenciados inquiridos nos três anos em estudo, continua a ser “trabalhador por conta de outrem” (92,86% dos licenciados em 2000; 100% dos licenciados em 2001; 88,46% dos licenciados em 2002).

Dos licenciados inquiridos em 2000, 7,14% são “trabalhadores por conta própria (isolado)” e dos licenciados em 2002, 3,85% também o são. Destes últimos, 3,85% são “trabalhadores por conta própria – empregadores”.

Verifica-se que a percentagem de “trabalhadores por conta de outrem” aumentou ao longo do tempo, enquanto as restantes situações na profissão mantiveram a percentagem, o que nos leva a concluir que os desempregados, cuja percentagem era superior na primeira fase temporal, empregaram-se como “trabalhadores por conta de outrem”.

3.3. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO O VÍNCULO CONTRATUAL

Gráfico IV.12 - Vínculo contratual dos diplomados inquiridos, nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso

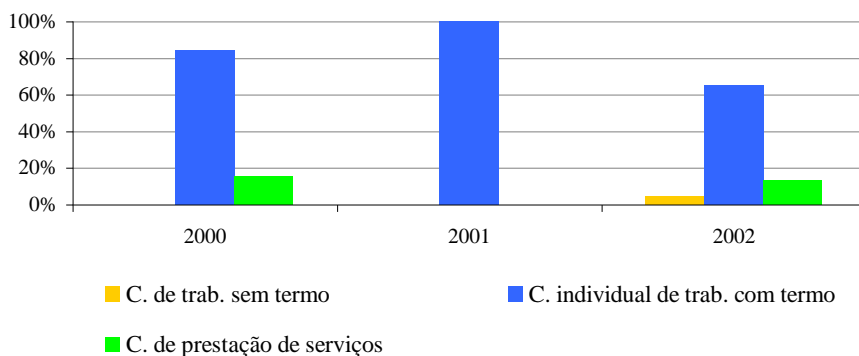


Gráfico IV.13 - Vínculo contratual dos diplomados inquiridos na profissão, 1 ano e meio após a conclusão do curso

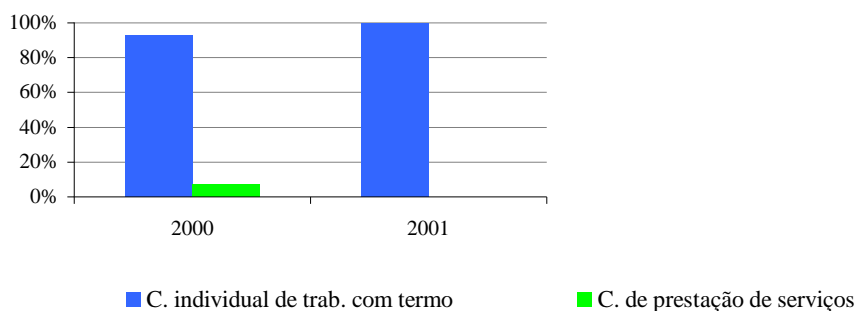
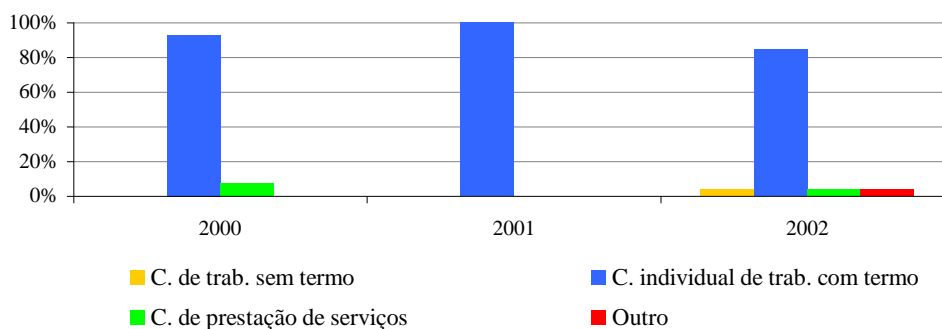


Gráfico IV. 14- Vínculo contratual dos diplomados inquiridos na profissão, na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003)



Nos três anos em estudo, o tipo de contrato de trabalho, da maioria dos inquiridos, nos 6 meses seguintes após o final da licenciatura, era “contrato individual de trabalho com termo” (84,62% dos licenciados em 2000; 100% dos licenciados em 2001; 65,22% dos licenciados em 2002).

Dos licenciados inquiridos em 2000, 15,38% mantinham um “contrato de prestação de serviços – recibos verdes” tal como 13,04% dos licenciados em 2002. O tipo de contrato de trabalho de 4,35% destes últimos era “contrato de trabalho sem termo”.

Passado 1 ano e meio, o tipo de contrato da maioria dos licenciados no ano 2000 e no ano 2001 continuava a ser “contrato individual de trabalho com termo” (92,86% dos licenciados em 2000; 100% dos licenciados em 2001).

Dos licenciados em 2000, 7,14% mantinham um “contrato de prestação de serviços – recibos verdes”.

Na actualidade, a situação mantém-se: a maioria possui um vínculo contratual de “contrato individual com termo” (92,86% dos licenciados em 2000; 100% dos licenciados em 2001; 84,62% dos licenciados em 2002).

Verifica-se que o vínculo contratual da maioria dos licenciados inquiridos, em todas as fases temporais, era “contrato individual com termo” e que a percentagem vai aumentando ao longo do tempo, donde podemos concluir que os licenciados que se foram empregando também obtiveram este vínculo contratual.

3.4. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO O REGIME DE TRABALHO

Gráfico IV. 15 - Regime de trabalho dos diplomados inquiridos, nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso

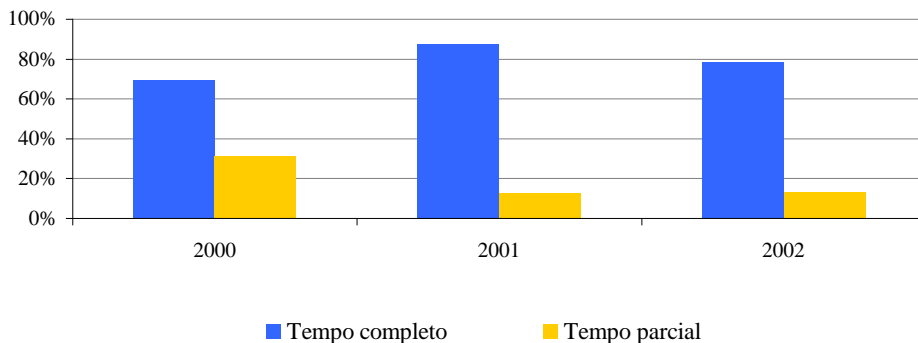


Gráfico IV. 16 - Regime de trabalho dos diplomados inquiridos, um ano e meio após a conclusão do curso

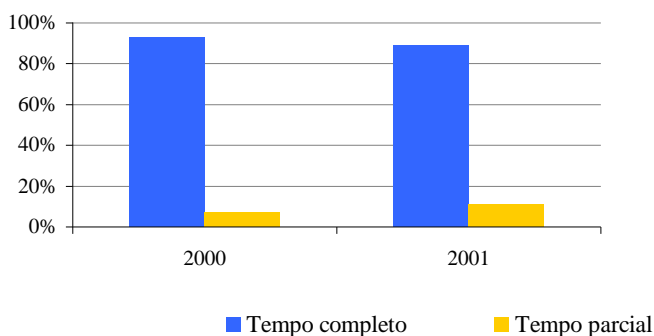
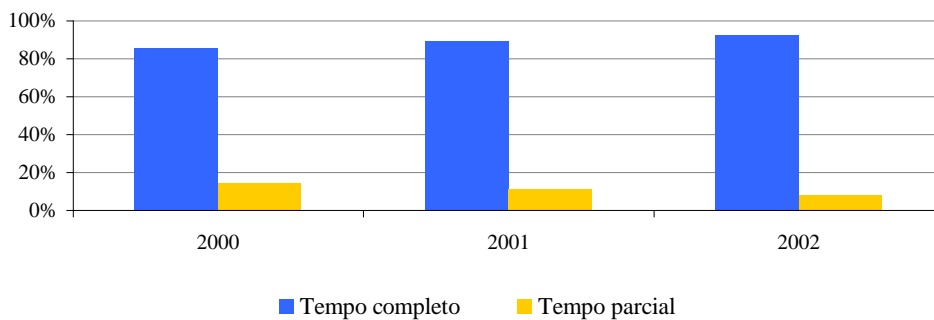


Gráfico IV. 17 - Regime de trabalho dos diplomados inquiridos, na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003)



Nos seis meses seguintes após a conclusão do curso, o regime de trabalho da maioria dos licenciados inquiridos, nos três anos referidos, era a “tempo completo” (69,23% dos licenciados em 2000; 87,50% dos licenciados em 2001; 78,26% dos licenciados em 2002), sendo o dos restantes a “tempo de parcial”⁸.

Passado ano e meio após o final da licenciatura, a maioria dos licenciados inquiridos em 2000 e em 2001 continuava a ter um regime de trabalho a “tempo completo” (92,86% dos licenciados em 2000; 88,89% dos licenciados em 2001). Os restantes tinham um regime de trabalho a “tempo parcial”.

Aquando a aplicação do inquérito, o regime de trabalho da maioria dos licenciados inquiridos era, igualmente, a “tempo completo” (85,71% dos licenciados em 2000; 88,89% dos licenciados em 2001; 92,31% dos licenciados em 2002). Os restantes têm um regime de trabalho a “tempo parcial”.

A percentagem de licenciados inquiridos com um regime de trabalho a “tempo completo” é sempre a mais elevada em todas as fases estudadas, aumentando um ano e meio após a conclusão do curso (relativamente à situação que existia nos 6 meses seguintes após o término da licenciatura) para os licenciados em 2000 e em 2001. No que respeita os licenciados em 2002, essa percentagem também aumentou na actualidade. Contudo, a percentagem de licenciados em 2000 com um regime de trabalho a “tempo completo” diminuiu na actualidade, relativamente à situação existente um ano e meio após a conclusão do curso.

⁸ Exceptuando 8,7% dos licenciados em 2002 que não responderam à questão.

3.5. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO A PROFISSÃO

Gráfico IV.18 - Profissão dos diplomados inquiridos, nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso

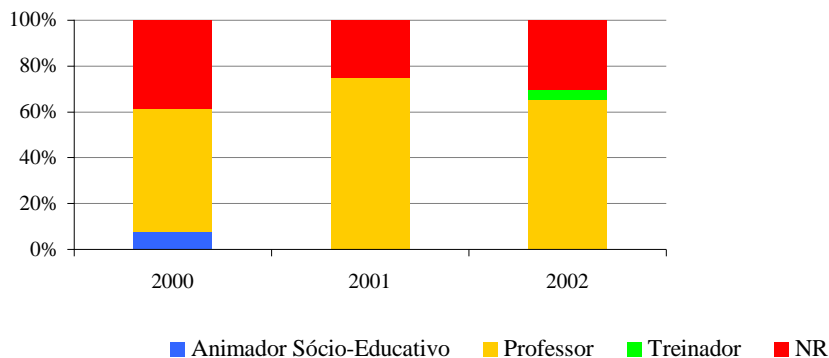
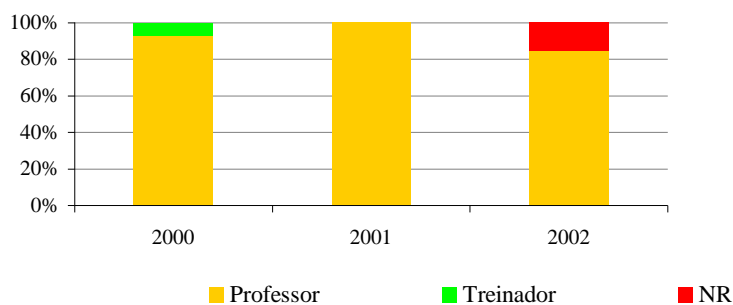


Gráfico IV.19- Profissão dos diplomados inquiridos, na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003)



Nos 6 meses seguintes após a conclusão da licenciatura, os inquiridos no ano 2000, no ano 2001 e no ano 2002 tinham como profissão principal ser “professor” (53,85% dos licenciados em 2000; 75,00% dos licenciados em 2001; 65,22% dos licenciados em 2002).

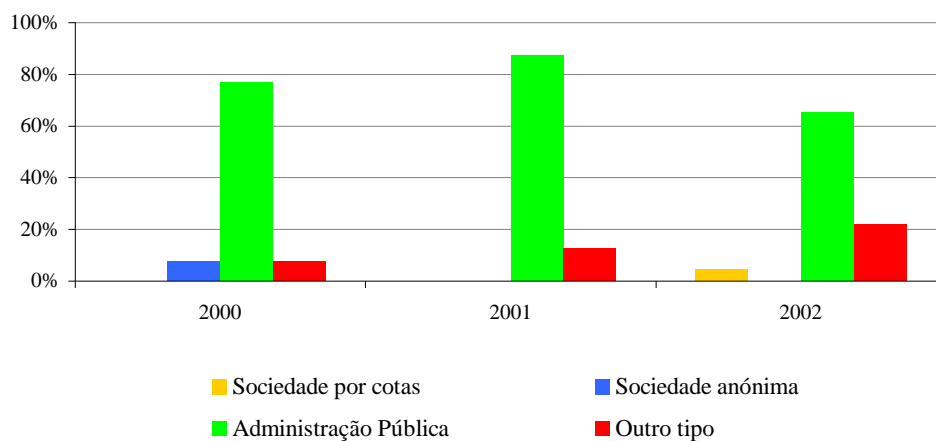
Dos inquiridos em 2000, 7,69% tinham como profissão principal ser “animador sócio-educativo” e dos licenciados em 2002, 4,35% eram “treinadores”.

Actualmente, a profissão principal mais assinalada mantém-se (aumentando a percentagem): 92,86% dos licenciados em 2000, 100% dos licenciados em 2001 e 84,62% dos licenciados em 2002 são “professores”.

Dos licenciados no ano 2000, 7,14% são treinadores.

3.6. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO A ENTIDADE EMPREGADORA

Gráfico IV.20 -Entidade empregadora dos diplomados inquiridos, nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso



A “Administração Pública” surge como o maior empregador, para o conjunto dos licenciados: 76,92% dos licenciados em 2000; 87,50% dos licenciados em 2001; 65,22% dos licenciados em 2002. Uma parte considerável dos inquiridos estava empregada noutra tipo de instituições, como: “associação criativa e cultural”, “clube desportivo”, “colégio”, “ensino superior privado”, “instituição de utilidade pública” e “instituição privada”.

3.7. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO O MODO DE OBTENÇÃO DO EMPREGO

Tabela IV.4 - Modo de obtenção do emprego dos diplomados inquiridos⁹

Meios (%)	Nos 6 Meses seguintes após a conclusão do curso			1 Ano e meio após a conclusão do curso		Situação actual (Janeiro/Fevereiro de 2003)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2000	2001	2002
Amigos ou conhecidos	7,69	12,50	25,00					
Através de relações profissionais	7,69		12,50					
Através de professores			6,25					
A instituição tinha protocolos com empregadores			6,25					
Na sequencia do estágio	7,69		12,50					
Através de candidatura espontânea	7,69		12,50					
Concurso do Ministério da educação	38,46	50,00	56,25	75,57	77,78	78,57	55,56	73,08
Através da inscrição no centro de emprego	7,69							3,85
Outra		12,50		7,14	22,22	14,29	11,11	11,54

Nos 6 meses seguintes após o fim do curso, o principal meio de obtenção do emprego, nos 3 anos em estudo, foi o “concurso do Ministério da Educação” (38,46% dos licenciados em 2000; 50,00% dos licenciados em 2001; 56,25% dos licenciados em 2002). Uma percentagem considerável (25,00%) dos licenciados no ano de 2002 também obteve emprego através de “amigos ou conhecidos”.

Passado ano e meio do final da licenciatura, a razão mais referida na fase anterior mantinha-se (78,57% dos licenciados em 2000 e 77,78% dos licenciados em 2001).

⁹ A pergunta é de escolha múltipla.

No momento em que o inquérito foi aplicado, verificou-se a mesma situação: 78,57% dos licenciados em 2000, 55,56% dos licenciados em 2001 e 73,08% dos licenciados em 2002 obtiveram o emprego através do “concurso do Ministério da Educação”.

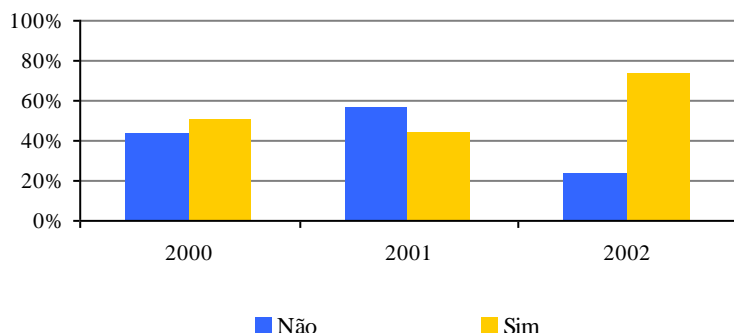
Dos licenciados em 2002, 3,8% obtiveram, ainda, o emprego “através da inscrição do Centro de Emprego”.

Do total dos inquiridos empregados, 12,2 % também obtiveram emprego de outras formas: pelo “concurso da Secretaria Regional da Educação”; pelo “concurso de admissão de pessoal”; através de uma “conversa ocasional com um amigo”; através de “professores”.

Verifica-se que o concurso do Ministério da Educação é o meio mais procurado para obter emprego e que esta tendência aumenta ao longo do tempo.

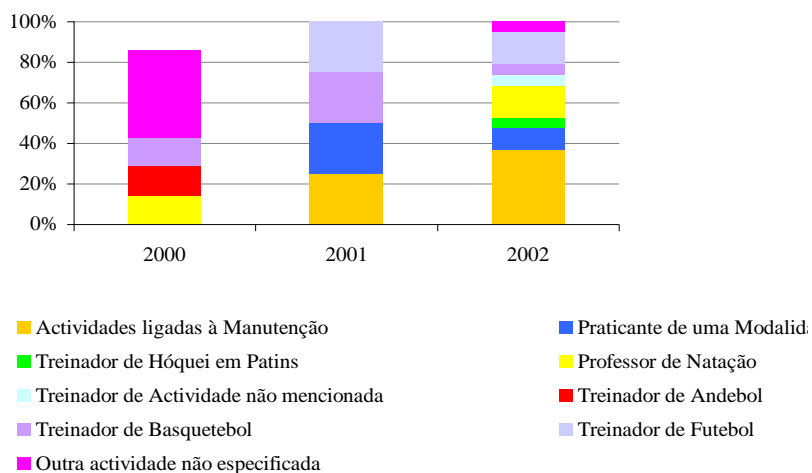
3.8. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO A ACTIVIDADE SECUNDÁRIA¹⁰

Gráfico IV.21 - Existência de actividade secundária entre os diplomados inquiridos



A maioria dos licenciados inquiridos desenvolve actividades secundárias (61,22%): 50,00% dos licenciados em 2000; 44,44% dos licenciados em 2001; 73,08% dos licenciados em 2002.

Gráfico IV.22 - Actividade secundária dos diplomados inquiridos



As actividades secundárias onde constam mais inquiridos são as ligadas à “manutenção” (25,00% dos licenciados em 2001 e 36,84% dos licenciados em 2002), as de “professor de natação” (15,79% dos licenciados em 2002) e de “treinador” (28,58% dos licenciados em 2000; 50,00% dos licenciados em 2001; 31,57% dos licenciados em 2002).

Quanto à situação profissional na actividade secundária, relativamente à situação na profissão principal, verifica-se que diminui a percentagem de “trabalhadores por

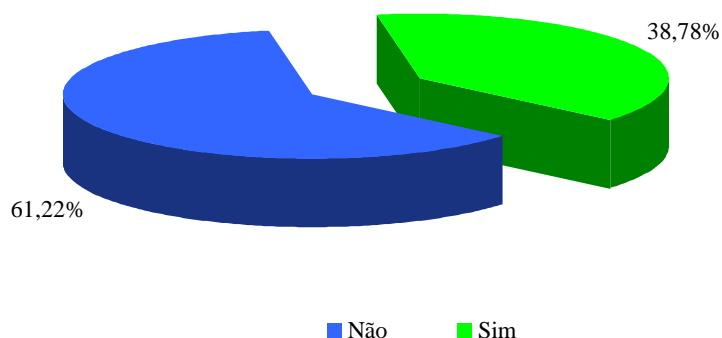
¹⁰ As percentagens aqui apresentadas são sobre o total de diplomados que desenvolvem actividade secundária.

conta de outrem” e aumenta a de “trabalhadores por conta própria – isolados”. Contudo, a maioria dos licenciados no ano 2000 é, ainda, “trabalhador por conta de outrem” (57,14%), bem como a maioria dos licenciados no ano 2002 (68,42%). Dos licenciados em 2001, 50,00% são “trabalhadores por conta própria – isolados”.

Quem exerce actividade secundária identificou como razões: a “satisfação pessoal” (85,71% dos licenciados em 2000; 75,00% dos licenciados em 2001; 78,95% dos licenciados em 2002) e “precisar de ganhar mais dinheiro” (57,14% de respostas dos licenciados em 2000; 50,00% de respostas dos licenciados em 2001; 57,89% de respostas dos licenciados em 2002).

3.9. DISTRIBUIÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS EMPREGADOS SEGUNDO A PROCURA DE EMPREGO

Gráfico IV.23 - Diplomados inquiridos empregados que continuam a procurar emprego



A maioria dos licenciados empregados não continuam a procurar emprego, contudo a percentagem de diplomados que continua a procurar emprego é bastante elevada.

Tabela IV.5 - Razões apontadas pelos diplomados inquiridos para continuar a procurar emprego¹¹

Razões (%)	Situação actual (Janeiro/Fevereiro de 2003)		
	2000	2001	2002
Receio de perder o emprego actual	42,86	33,33	22,22
O actual emprego ser de carácter provisório	14,29		77,78
Desejar um emprego onde possa desenvolver outras actividades profissionais	14,29		11,11
Pretender um emprego com remuneração			11,11
Pretender um emprego mais adequado à sua experiência profissional	14,29	33,33	11,11
Pretender um emprego mais adequado às suas qualificações escolares e/ou profissionais			33,33
Outra		33,33	

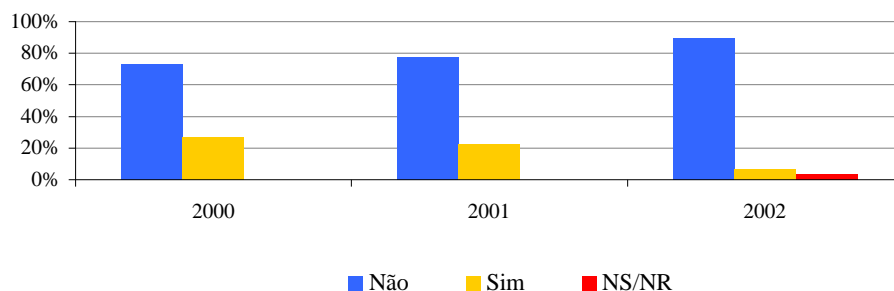
¹¹ A pergunta é de escolha múltipla e as percentagens são sobre o número de sujeitos que, em cada ano de licenciatura, afirmaram continuar à procura de emprego.

As razões mais apontadas pelos licenciados que continuavam a procurar emprego, à altura em que o inquérito foi respondido, foram: o facto de “o actual emprego ser de carácter provisório” (77,78% de respostas dos licenciados em 2002); o “receio de perder o actual emprego” (42,86% de respostas dos licenciados em 2000); e, ainda, em segundo lugar, “pretender um emprego mais adequado às qualificações escolares e/ou profissionais” (33,33% de respostas dos licenciados em 2001 e dos licenciados em 2002) e, como já foi referido, o “receio de perder o actual emprego” (33,33% de respostas dos licenciados em 2001).

4. FORMAÇÃO

4.1. FORMAÇÃO DE ÂMBITO ACADÊMICO APÓS O CURSO

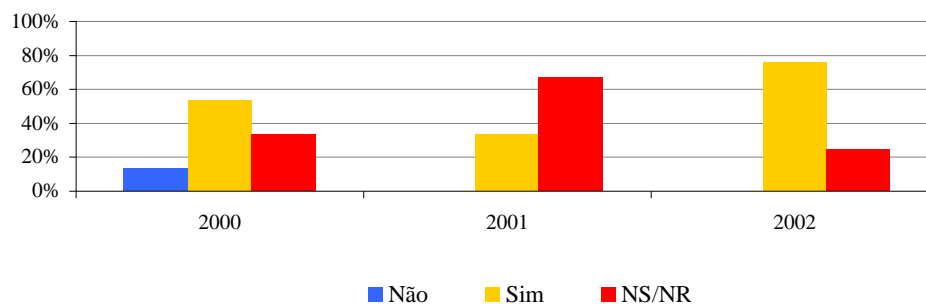
Gráfico IV.24 - Frequência de formação de âmbito académico



Da totalidade dos inquiridos licenciados em 2000, 2001 e 2002, apenas 15,09% possui formação complementar académica, sendo os licenciados em 2000 aqueles que realizaram, em maior número (27,67%), formação complementar académica. Esta formação foi, na sua maioria, o mestrado.

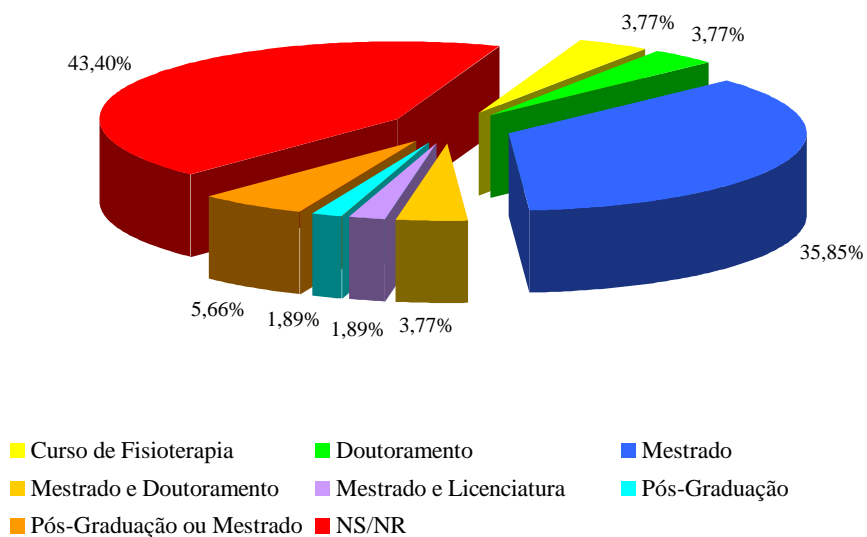
As principais razões apontadas para continuar a estudar foram: a “necessidade de aprofundar os conhecimentos para melhor desempenhar a profissão” e o facto de “ser uma condição para progredir na carreira”.

Gráfico IV.25 - Desejo de frequentar formação de âmbito académico



A maioria dos licenciados inquiridos no ano 2000 e no ano 2002 desejam frequentar uma formação de âmbito académico, 53,33% e 75,86%, respectivamente. A maioria dos licenciados inquiridos no ano 2001 não sabe ou não respondeu (66,67%).

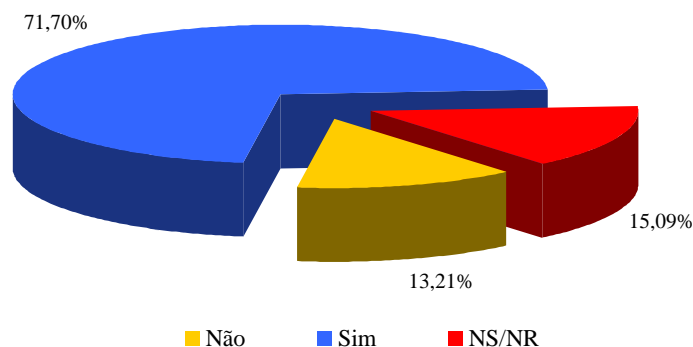
Gráfico IV.26 - Formação de âmbito académico que os diplomados inquiridos pensam frequentar



Uma percentagem elevada dos licenciados não respondeu ou não sabe se gostaria de frequentar uma “formação de âmbito académico”. Das formações apontadas, o mestrado foi a formação que obteve a percentagem mais elevada.

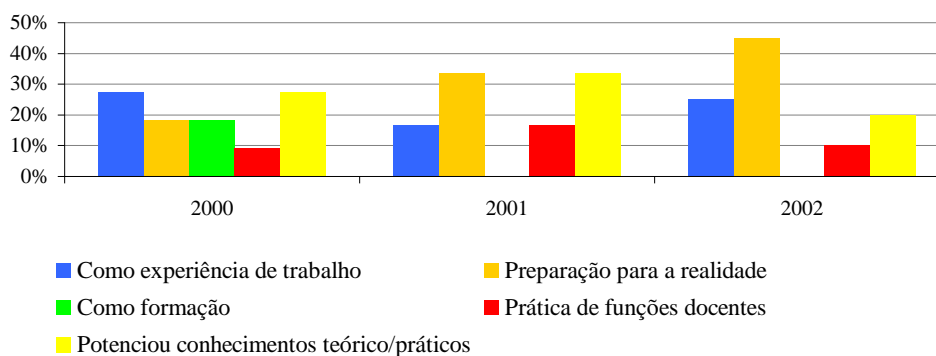
4.2. ESTÁGIO PROFISSIONAL

Gráfico IV. 27 - Diplomados inquiridos segundo a pertinência do estágio pedagógico para o desempenho profissional



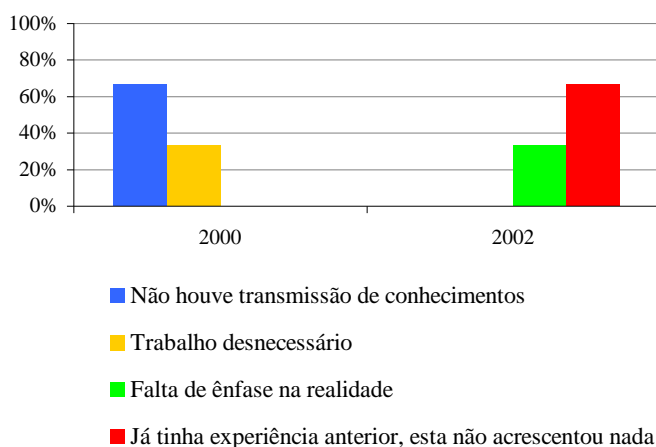
Verifica-se que a maioria (71,70%) dos licenciados considerou que o estágio pedagógico foi decisivo para o seu desempenho profissional. Dos 13,21% que não consideraram decisivo para o desempenho profissional, constam apenas licenciados em 2000 e em 2002.

Gráfico IV. 28 - Aspectos para o estágio pedagógico ter contribuído para o desempenho profissional



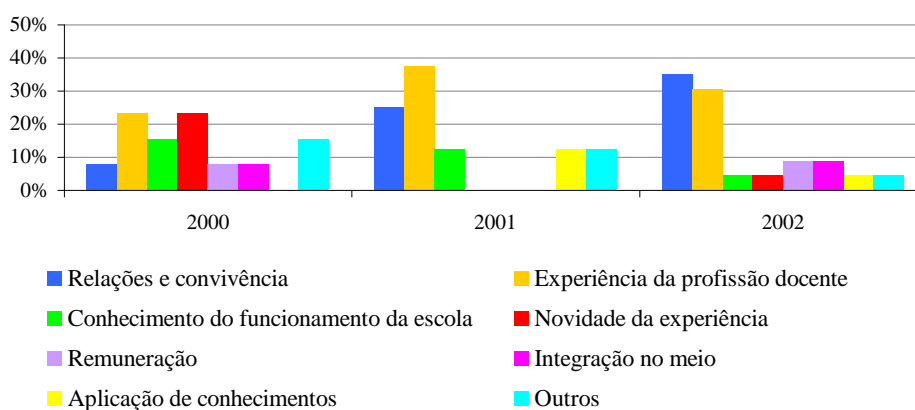
O aspecto mais salientado para o facto do estágio pedagógico ter contribuído decisivamente para o desempenho profissional foi: para os inquiridos em 2000, o facto de ter “potenciado conhecimentos teórico/práticos”, bem como para os inquiridos em 2001 (27,27% e 33,33%, respectivamente); para os inquiridos em 2002, foi ter sido uma “preparação para a realidade” (45,00%). Este último aspecto também assume uma percentagem elevada entre os inquiridos em 2001 (33,33%).

Gráfico IV.29 - Razões para o estágio pedagógico não ter contribuído para o desempenho profissional



Os licenciados inquiridos que não consideraram o estágio pedagógico decisivo para o desempenho profissional foram, como já foi apresentado, muito poucos (13,21%), o que significa que as razões que deram para tal não têm uma percentagem significativa em relação ao total dos inquiridos. Contudo, as razões mais apontadas foram “não ter havido transmissão de conhecimentos” (66,67% dos licenciados em 2000) e “já ter experiência anterior à qual não acrescentaram nada” (66,67% dos licenciados em 2002).

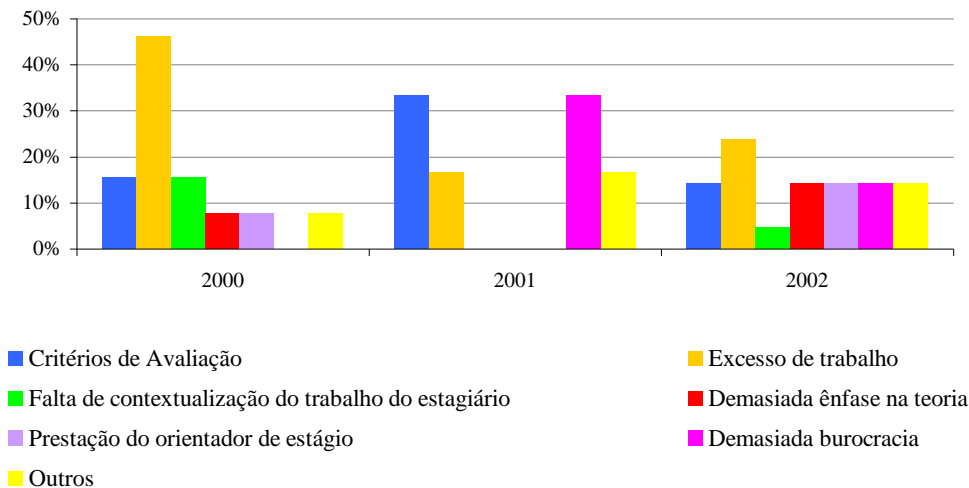
Gráfico IV.30 - Aspectos positivos do estágio pedagógico



Os aspectos positivos do estágio pedagógico mais salientados foram: a “experiência da profissão docente” (23,08% dos licenciados em 2000; 37,50% dos licenciados em 2001 e 30,43% dos licenciados em 2002); as “relações e a convivência” – aspecto mais valorizado para os licenciados em 2002 – (25,00% dos licenciados em 2001 e

34,78% dos licenciados em 2002); a “novidade da experiência” (23,08% dos licenciados em 2000).

Gráfico IV.31- Aspectos negativos do estágio pedagógico

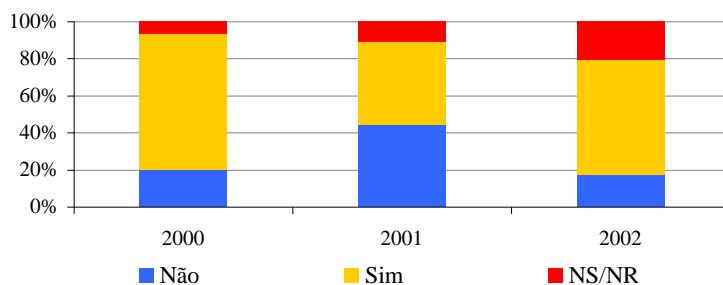


Quanto aos aspectos negativos mais salientados, temos, em primeiro lugar, para os licenciados em 2000 e em 2002, o “excesso de trabalho” (46,15% e 23,01%, respectivamente) e, para os licenciados em 2001, “os critérios de avaliação” (33,33%) e o “excesso de burocracia” (33,33%).

Nesta sequência de opiniões, relativas ao estágio profissional, é possível verificar uma grande disparidade entre os licenciados em diferentes anos.

4.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL APÓS O CURSO

Gráfico IV.32 - Frequência de acções de formação profissional



A maioria dos inquiridos em 2000 e em 2002 já frequentou acções de formação profissional (73,33% e 62,07%, respectivamente), enquanto a população de licenciados em 2001 se distribuiu equitativamente entre o sim e o não (44,44% e 44,44%, respectivamente).

Tabela IV.6 - Razões para ter frequentado acções de formação profissional¹²

Razões (%)	2000	2001	2002
Adaptação a mudanças tecnológicas ou actualização de conhecimentos	90,91	75,00	44,44
Necessidade de formação para progressão na carreira	18,18		27,78
Por interesse pessoal	100	100	94,44
Preparar-se para um emprego			27,78
Outra	9,09		

A razão mais assinalada para ter frequentado acções de formação profissional foi o “interesse pessoal” (100% dos licenciados em 2000, 100% dos licenciados em 2001 e 94,44% dos licenciados em 2002), seguida da necessidade de “adaptação a mudanças tecnológicas ou a actualização de conhecimentos” (90,91% dos licenciados em 2000, 75,00% dos licenciados em 2001 e 44,44% dos licenciados em 2002).

¹² A pergunta é de escolha múltipla e as percentagens são sobre o número de sujeitos em cada ano de licenciatura.

CAPÍTULO V

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A primeira e principal conclusão a retirar dos dados do inquérito que tivemos ocasião de apresentar está directamente relacionada com a temática central deste trabalho e marca de forma profunda as suas possibilidades de interpretação:

Nos diferentes horizontes temporais identificados, a integração no mercado de trabalho por parte dos licenciados em educação física tem uma taxa muito elevada que aponta, a médio prazo, para uma população totalmente empregada¹³.

Assumindo estes dados, as hipóteses de interpretação apontam para duas vias distintas. Por um lado, podemos entender que não há um problema de integração sócio-profissional, uma vez que os dados nos indicam que os licenciados em Ciências do Desporto e Educação Física, pela Universidade de Coimbra, quase não têm que se preocupar com situações de desemprego. Esta é uma leitura redutora que entende a empregabilidade como o mero “preenchimento de uma vaga” numa instituição empregadora. Por outro lado, e assumindo uma interpretação mais qualitativa, podemos partir do pressuposto que o facto de todos os inquiridos estarem empregados não é sinónimo de uma integração sócio-profissional plena no sentido em que a temos vindo a definir e que esta pressupõe um entendimento mais lato e inclusivo do que é a integração sócio-profissional. Esta será uma leitura abrangente que entende a integração sócio-profissional como uma dimensão específica da integração social.

A nossa opção vai claramente para a segunda via, que não só se demonstra mais adequada para o entendimento da relação entre o mercado de trabalho e os diversos contextos sociais e económicos em que este se encontra inserido, como também nos permite conceptualizar um conjunto de recomendações que apresentamos de seguida.

¹³ Gráficos IV.6 a IV.8

A segunda hipótese apresentada ganha ainda maior consistência quando verificamos que, no que diz respeito ao tipo de actividade profissional desenvolvida pelos inquiridos, as taxas são igualmente muito elevadas:

A grande maioria das profissões identificadas está directamente ligada ao que se pode considerar um trajecto profissional “normal” para um licenciado nesta área: professor de educação física¹⁴.

Pode dizer-se, portanto, que o problema de integração sócio-profissional dos licenciados em educação física não é propriamente um problema de empregabilidade, nem um problema de coerência entre a formação académica adquirida e a actividade profissional desenvolvida. E se considerarmos que, em princípio, os indivíduos que escolheram este ramo científico têm pelo menos algumas expectativas de percorrer esta trajectória profissional, então torna-se necessário verificar se há ou não um problema de integração sócio-profissional e se este está ou não ligado com um contexto social mais alargado.

Ora, a caracterização da situação profissional dos indivíduos inquiridos revela-nos que existe alguma instabilidade e insegurança face ao emprego que se justifica através do facto de a grande maioria dos inquiridos ter um contrato com termo¹⁵, por um lado, e de uma percentagem significativa dos inquiridos empregados continuarem a procurar emprego¹⁶, justificando-se com o facto anterior, por outro.

A formação profissional e a formação de âmbito académico, que uma percentagem elevada de inquiridos já frequentou ou deseja vir a frequentar¹⁷, parecem ser um meio de ultrapassar a instabilidade face ao emprego, como se verifica pelas razões apontadas:

A maioria dos inquiridos apontou como razões¹⁸ para frequentar formações profissionais e formações de âmbito académico a necessidade de aprofundar

¹⁴ Gráficos IV.18/19

¹⁵ Gráficos IV.12/13/14

¹⁶ Gráfico IV.23

¹⁷ Gráficos IV.25/32

¹⁸ Cap. IV, pag. 53 e Tabela IV.6

os conhecimentos e, especificamente, para frequentar esta última, o facto de ser uma condição para progredir na carreira.

Os dados recolhidos através do inquérito aplicado contribuem de forma sequencial para a compreensão da situação: os licenciados inquiridos têm, na sua maioria, emprego; a maioria dos empregos é com termo; as actividades profissionais desenvolvidas são coerentes com a formação académica desenvolvida; há alguma instabilidade que ganha forma no facto de um número significativo de inquiridos procurar outros empregos apesar de já estarem empregados, como forma de alcançar situações mais seguras.

A nossa hipótese interpretativa desta sequência surge no seguimento da reflexão teórica que apresentámos. Se se pode falar de um problema de integração sócio-profissional é porque há um problema de integração social por parte de uma população qualificada para desempenhar uma função profissional específica em relação a um espaço social de referência. E a resolução deste problema passa, entre outros factores, pela capacidade de diálogo entre essa população específica e a comunidade de inserção. Assim, se se conseguir resolver esse problema de comunicação – e esse problema resolve-se pela integração de ambas as populações num propósito comum (esta é a nossa proposta concreta) – estar-se-á a resolver o problema da integração sócio-profissional dos licenciados em educação física, por um lado, e os problemas específicos das comunidades sociais em que se vão integrar que podem ser resolvidos através das actividades e competências específicas deste grupo profissional.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

Ao iniciarmos este trabalho, propusemo-nos a conhecer o perfil social e a trajectória profissional dos diplomados em Ciências do Desporto e Educação Física pela Universidade de Coimbra, em 2000, 2001 e 2002, de forma a encontrar resposta para a questão da integração sócio-profissional.

Através da aplicação de um inquérito por questionário à população dos diplomados, acima referidos, foi possível tirar as seguintes conclusões: os inquiridos têm, na sua maioria, emprego; a maioria dos empregos é com termo; as actividades profissionais desenvolvidas são coerentes com a formação académica desenvolvida; há alguma instabilidade que ganha forma no facto de um número significativo de inquiridos procurar outros empregos apesar de já estarem empregados, como forma de alcançar situações mais seguras.

De acordo com a hipótese interpretativa, baseada na reflexão teórica apresentada, o problema da integração sócio-profissional não se esgota com a confirmação da inexistência de um problema de empregabilidade. Quando se fala de um problema de integração sócio-profissional é porque existe, necessariamente, um problema de integração social de uma população qualificada para desempenhar uma função profissional específica relativamente a um espaço social de referência. E a resolução deste problema pode assentar no diálogo entre essa população específica e a comunidade em que se insere.

Aplicando esta explicação ao caso dos licenciados em Ciências do Desporto e Educação Física, compreende-se que a situação não parece ser grave, uma vez que há uma conjuntura aparentemente favorável neste domínio de actividade: o problema parece estar mais ligado a uma falta de vínculo institucional do que a outros factores explicativos. E a solução que agora apresentamos na forma de reflexões, constitui-se como uma hipótese de trabalho, não só para os professores de educação física, mas também para outros ramos educacionais.

CAPÍTULO VII

REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES

1. REFLEXÕES

Procurámos verificar até ao momento de que forma se articula a hipótese central do trabalho – a integração profissional deve ser entendida como uma problemática específica da integração social – na relação entre um conjunto de referências teóricas e a informação recolhida através do inquérito por questionário. Se essa relação se torna fundamental para ilustrar e compreender as principais problemáticas que se colocam a um recém licenciado em qualquer área de formação, não podemos deixar de propor um conjunto de recomendações que, assumindo um carácter evidentemente interventivo, se situam no plano do nosso posicionamento pessoal numa situação profissional específica e ilustram um conjunto diverso de possibilidades que materializam a relação anteriormente explicitada.

O mesmo é dizer que esta parte final do trabalho materializa a junção entre um conhecimento de tipo mais teórico e académico com uma realidade específica que já começámos a vivenciar através do estágio pedagógico iniciado em Setembro de 2002. A simultaneidade destas experiências proporcionou um diálogo entre duas formas de olhar para o problema que pensamos terem contribuído de forma decisiva para o enriquecimento da sua compreensão. Se a primeira parte do trabalho que agora concluímos traduz a vertente mais académica da questão, as recomendações que agora apresentamos são uma expressão mais viva da forma como elas se podem manifestar nas práticas quotidianas da nossa actividade profissional. O diálogo está, contudo, permanentemente em aberto e a sua possibilidade enriquece a nossa experiência.

O que apresentamos aqui são situações tipo que servem de referência para o nosso trabalho particular e que têm em conta dois espaços sociais específicos: o primeiro é constituído pela escola e por todos os agentes que nela estão envolvidos – alunos, professores, auxiliares de educação, associações de pais, encarregados de educação, etc; o segundo é constituído pela comunidade em que a escola está inserida –

instituições públicas, empresas, associações e grupos culturais e desportivos, autoridades locais, outras instituições de ensino, etc.

Casos Práticos

- i. **Cicloturismo:** a criação de um dia de cicloturismo como actividade complementar à vida escolar que permite envolver a prática do desporto com outras problemáticas sociais, tendo como centro a escola e os alunos: as questões ambientais e ecológicas; a integração de alunos de diversos anos numa actividade de conjunto; o estabelecimento de parcerias com instituições locais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia, empresas, etc.);

- ii. **Torneios Desportivos:** a criação de torneios em torno de uma ou mais modalidades proporciona, tal como o cicloturismo, um espaço de actividade grupal com o envolvimento de agentes e instituições diversas na comunidade local de inserção da escola, mas neste caso direccionado para uma prática desportiva concreta; o envolvimento das famílias nestas actividades (nomeadamente através de apoio logístico na organização, ou mesmo até através de integração nas actividades desportivas para quem tiver aptidão / capacidade – arbitragem ou outros), por exemplo os avós dos alunos, pode ser uma forma de motivação e de integração clara entre alunos com maiores dificuldades, por um lado, ou de famílias com problemas de ocupação do tempo de idosos, por outro, ou até como simples desenvolvimento de relações sociais gerais.

- iii. **Desporto Familiar:** integrando as disciplinas curriculares do curso de Educação Física na prática escolar, nomeadamente *Desportos para Populações Especiais e Ensino Integrado*¹⁹, esta dimensão pode constituir-se como uma actividade de reaprendizagem e aproximação dos elementos familiares à prática do desporto e à relação equilibrada com o corpo. Como? Através do ensino de práticas físicas adequadas a situações

¹⁹ *Desporto para Populações Especiais* - o conteúdo curricular destas disciplinas estava centrado na prática física associada a populações com problemas específicos: cegos, surdos, idosos, deficientes motores, etc; *Ensino Integrado em Educação Física* – inserção de deficientes nas turmas normais.

concretas e particulares de cada indivíduo. Referimo-nos aqui à prática de actividades que possam ser desenvolvidas pelas pessoas em contexto familiar: técnicas de aquecimento e alongamento, aprendizagem de esforços físicos de levantamento de pesos (cuidados a ter com a coluna e com o balanceamento de pesos), importância do exercício aeróbio leve (caminhadas diárias), etc. Este tipo de actividade pode ser realizada, quer em casos isolados – e.g. Dia do Desporto Familiar –, quer através do estabelecimento de cursos e actividades regulares de carácter pós-laboral. Com que meios? Pedindo apoio às instituições públicas locais, a empresas ou a outras fontes de financiamento que poderão estar interessadas em promover o seu nome e a sua marca em actividades de apoio e solidariedade social.

- iv. **Desporto e Alimentação:** a relação entre desporto e alimentação é central na questão do corpo. Assim, o conhecimento pode e deve ser integrado entre as disciplinas de biologia, saúde, educação física no sentido de promover um conhecimento mais alargado no que diz respeito a esta dimensão específica. No entanto, esta problemática envolve não só os alunos, mas também o seu contexto familiar, pelo que se torna necessário o envolvimento deste último em formações deste género. O que se prevê aqui, tal como na proposta anterior, é a possibilidade de desenvolver actividades pontuais ou regulares com vista a passagem de informação acerca de temas específicos ligados ao tema “desporto e alimentação”.

2. RECOMENDAÇÕES

A título conclusivo iremos apresentar sugestões/recomendações para futuros estudo.

É de suma importância que o presente estudo seja realizado efectuada novamente, nos próximos anos, na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física de Coimbra, de forma a que se avalie a evolução do grau de empregabilidade dos diplomados.

Atendendo a que a população alvo é muito reduzida, recomenda-se que o inquérito seja aplicado directamente aos inquiridos, sempre que possível. Acresce a isto, o facto dos inquéritos por via postal serem, com frequência, mal preenchidos e redundarem em escassos reenvios.

Por último, sugere-se a aplicação do mesmo estudo a outras faculdades, desta e de outras áreas académicas, para que se possam retirar comparações entre diferentes populações, pois, só assim será possível uma maior reflexão abrangente e cabal.

CAPITULO VIII

BIBLIOGRAFIA

Almeida, J. F. (coord.) (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

Almeida, J.F., Costa, A.F., Machado, F.L. (1988). “Famílias, Estudantes e Universidades: painéis de observação sociográfica” in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 4. Lisboa: ISCTE.

Almeida, J.F., Costa, A.F., Machado, F.L. (1990). “Estudantes e amigos – trajectórias de classe e redes de sociabilidade” in *Análise Social* nº 105/106. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Alves, M. G. e Ambrósio, M. T. (1996). Inserção na Vida Activa de Jovens Licenciados e Formação de Competências de 3ª Dimensão. *A Informação e a Orientação Escolar e Profissional no Ensino Superior: Um Desafio da Europa – Conferencia Internacional. Coimbra*, pp 251 – 257.

Arroteia, J. C. e Martins, A. M. (1998). Inserção Profissional dos Diplomados pela Universidade de Aveiro. Trajectórias académicas e profissionais. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Costa, A. C. M. (1994). O Percurso Profissional em Educação Física. Venturas e Desventuras. *Notas do IV Congresso da SPEF (II), nº 9*. Lisboa: SPEF, pp 71-81.

Costa, F. (1992). As Representações de Sucesso e Insucesso Profissional em Professores de Educação Física. *Boletim da SPEF, n.º 4*. Lisboa: SPEF, pp11 – 30.

Costa, A. F. e Machado, F. L. (1998). Processos de uma Modernidade Inacabada, in Viegas, J. M. L., Costa, A. F. (orgs.) (1998). *Portugal, que Modernidade?.* Oeiras: Celta.

Delors, J. (coord) (2001). *Educação – Um Tesouro a Descobrir: Relatório Para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI*. Porto: Asa.

Dreyfus, S. (2000). *Mind over machine*. Simon & Schuster.

Estanque, E., Mendes, J.M. (1998). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um Estudo Comparativo*. Porto: Edições Afrontamento.

Estanque, E., Mendes, J.M. (1999). “Análise de classes e mobilidade social em Portugal: um breve balanço crítico”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53.

Flyvbjerg, B. (2001). *Making Social Science Matter*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Cultura (1987). *Que População Escolar? A Origem Socioeconómica do Aluno e o Sucesso Escolar*. GEP/ MEC.

Gonçalves, A. (2000). *A Insustentável Leveza da Origem Social. A Inserção Profissional dos Licenciados da Universidade do Minho Segundo o Grau de Instrução dos Pais*. In: Castro, R. V. (2000). *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. XXIII. N.º 2. Minho: Centro de Estudos em Educação e Psicologia do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, pp157 – 174.

Jesus, S.N. (2000). *Qualidade na Educação e Motivação dos Professores*. In: Ferreira, J. F. (2000). *Psicologia, Educação, Cultura. Vol. IV, n.º 1*. Pedroso: Colégio Internato dos Carvalhos, pp 97 – 103.

Krishnamurti, J. (1993). *A Educação e o Significado da Vida*. São Paulo: Edições Cultrix.

Krishnamurti, J. (1988). *Cartas às Escolas*. Lisboa: Livros Horizonte Pedagógico.

ODES (2002). Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior – 2001. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação.

ODES (2002). Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior – 2001 – Dossier Metodológico. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação.

Oliveira, L. (1998). Inserção Profissional. O Caso da Reestruturação dos Lanifícios na Covilhã. Lisboa: Edições Cosmos, pp 7 – 72.

Pais, J.M. (1996). Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Quivy. R. e Campenhoudt, L.V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Serralheiro, José Paulo (2003). Que fazer? Da certeza à incerteza!. In: Jornal a Página
Artigo a Página da Educação.

<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=48>

ANEXOS

ANEXO 1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

ANEXO 2. “INQUÉRITO – PILOTO” E SEU ESTUDO

ANEXO 3. CARTA ENVIADO JUNTO AOS INQUÉRITOS

ANEXO 4. INQUÉRITO DO PERCURSO AOS DIPLOMADOS

ANEXO 5. TABELAS DOS DADOS DO INQUÉRITO

ANEXO 1
CONCEITOS E DEFINIÇÕES

CONCEITOS e DEFINIÇÕES²⁰

Activos (População activa)

Conjunto dos indivíduos com emprego ou desemprego

Actividade principal

Para o indivíduo que exerce mais de uma actividade, é considerada actividade principal aquela em que o individuo habitualmente trabalha mais horas por semana.

Condição perante o trabalho

Constitui a relação existente entre o indivíduo e actividade económica desenvolvida. A condição perante o trabalho pode assumir três formas principais: empregado, desempregado, inactivo (doméstico, estudante, reformado).

Contrato de trabalho sem termo

É aquele pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar uma actividade intelectual ou manual, sob a autoridade e direcção de outra.

Contrato de trabalho com termo

É aquele pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar uma actividade intelectual ou manual, sob a autoridade e direcção de outra, por um prazo de tempo determinado.

Contrato de prestação de serviços

É aquele pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar uma actividade intelectual ou manual.

Desempregado

Individuo que se encontra simultaneamente nas seguintes situações:

- não tenha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- esteja disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;

²⁰ Conceitos e definições retirados do “Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior – 2001, Dossier Metodológico”, realizado pelo Instituto para a Inovação na Formação (Lisboa, 2002).

- tenha procurado um trabalho, isto é, tenha feito diligências ao longo das últimas 4 semanas para encontrar um emprego remunerado ou não.

A disponibilidade para trabalhar baseia-se no seguinte:

- desejo de trabalhar;
- vontade de ter um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- possibilidade de começar a trabalhar ou pelo menos nos 15 dias.

Consideram-se “diligências”:

- colocação ou resposta a anúncio;
- contactos pessoais;
- contactos através de relações profissionais;
- contactos através da escola;
- contacto com empregadores;
- inscrição num centro de emprego;
- candidatura a concurso;
- solicitação de recursos financeiros para criação do próprio emprego.

Duração efectiva de trabalho

Número de horas efectivamente trabalhadas no período de referência. Inclui horas extraordinárias.

Empregador

Indivíduo que explora a sua própria empresa ou que exerce individualmente uma profissão, tendo habitualmente um ou mais trabalhadores remunerados ao seu serviço.

Formação profissional

Conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento exigidas para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividade económica.

Inactivo

Indivíduo que se encontre simultaneamente nas seguintes situações: não tem trabalho remunerado nem qualquer outro e não procurou trabalho.

Pessoa com emprego (para caracterização da actual situação profissional)

Indivíduo que se encontre numa das seguintes situações:

- tenha trabalhado pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- tenha um emprego, não estando ao serviço, mas mantenha uma ligação formal com o emprego;
- tenha uma empresa mas não esteja temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- esteja em situação de pré-reforma mas que se encontra a trabalhar no período de referência.

Profissão

Ofício ou trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Profissão principal

Profissão que o indivíduo ocupou mais tempo, no período de referência.

Mês de referência

Mês que se convencionou como momento comum a todos os inquiridos para aferir da sua situação profissional. Neste caso 28 de Janeiro a 24 de Fevereiro.

Situação na profissional

Relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão tendo como referência a profissão principal, no caso de ter mais de uma profissão. Essa relação pode apresentar-se dos seguintes modos: trabalhador familiar não remunerado, trabalhador por conta de outrem, trabalhador por conta própria (isolado ou empregador).

Trabalhador a tempo completo

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador familiar não remunerado

Indivíduo que tenha trabalhado, pelo menos uma hora, na empresa/estabelecimento pertence à família, com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que trabalha para um empregador público ou privado e que recebe um pagamento em dinheiro ou géneros.

Trabalhador por conta própria (isolado)

Indivíduo que exerce independentemente uma profissão, não tendo habitualmente trabalhadores remunerados ao seu serviço, podendo trabalhar com ou sem ajuda de familiares.

Trabalhador por conta própria (empregador)

Indivíduo que explora a sua própria empresa, tendo habitualmente trabalhadores remunerados ao seu serviço.

ANEXO 1
“INQUÉRITO – PILOTO” E SEU ESTUDO

DATA DO INQUÉRITO _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome _____

Ano e mês de conclusão do Curso _____

INTRODUÇÃO

- Bom dia/ boa tarde/ boa noite. O meu nome é _____ e vou precisar da sua ajuda. Estou a falar da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra. Estamos a realizar um estudo sobre a inserção profissional dos diplomados da faculdade que terminaram o curso nos últimos cinco anos.
- Gostaria de falar com o (a) _____ (dizer o primeiro e último nome). Seria possível?
- Preciso da sua colaboração para responder a um pequeno questionário.

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO

1. Em primeiro lugar queria confirmar se, oficialmente, terminou o curso em..... (indicar o mês e o ano).
 SIM NÃO
2. Após a licenciatura frequentou ou está a frequentar alguma formação de âmbito académico (Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento, etc).
 Frequentei (se sim, perguntar o período): _____

Estou a frequentar (se sim, desde quando): _____

3. Em algum momento, durante o curso, trabalhou na área de formação (para além do estágio)?

SIM NÃO

4. Pedia-lhe agora que me fosse respondendo de modo a preencher um calendário sobre a sua situação profissional desde o momento em que acabou o curso (recordar o mês e o ano). Queremos saber qual o intervalo de tempo até à obtenção de emprego na sua área de formação.

Peço-lhe que me responda se estava empregado na área de formação (Desporto e Educação Física), empregado noutra área, desempregado, a cumprir o serviço militar obrigatório (S.M.O.), inactivo, a estudar ou em outra situação (estágio, bolsa, etc), nos seguintes períodos após a conclusão do curso?

	Empregado na área	Empregado em outra área	Desempregado	Inactivo	A estudar	S.M.O.	Outra Qual?
Até 1 mês após a conclusão do curso							
No 1º semestre após a conclusão do curso							
No 2º semestre após a conclusão do curso							
Mais de 1 ano após a conclusão do curso							

ESTUDO DO “INQUÉRITO-PILOTO”

O “Inquérito-Piloto” foi aplicado antes do inquérito principal, a fim de tomar conhecimento da população total dos licenciados em Ciências do Desporto e Educação Física na FCEDF/UC (licenciados em 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002).

O questionário tem como objectivos descobrir a existência de outras formações após a licenciatura e conhecer a facilidade/dificuldade de empregabilidade dos licenciados.

O inquérito é constituído por um questionário por 4 perguntas, e foi disponibilizado pelo Professor Doutor Rui Gomes, aplicado de forma directa, por via telefónica.

Os contactos dos licenciados foram fornecidos pelo serviço de alunos da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

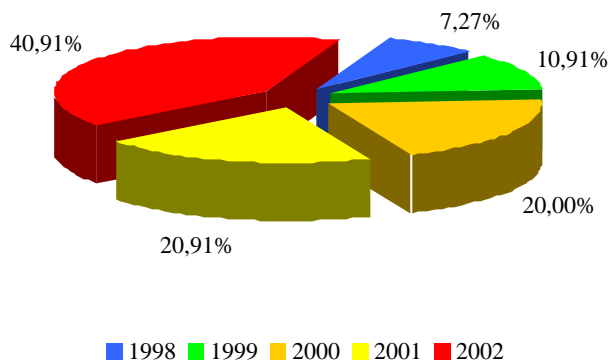
Os contactos telefónicos foram realizados no mês de Novembro. Foram inquiridos 112 licenciados: 10 licenciados em 1998; 12 licenciados em 1999; 22 licenciados em 2000; 23 licenciados em 2001; e 45 licenciados em 2002.

Os dados obtidos a partir do inquérito foram entregues, num ficheiro de Excel, no dia 16 de Dezembro de 2002, à Orientadora Dr^a Elsa Silva para, posteriormente, entregar ao Professor Doutor Rui Gomes.

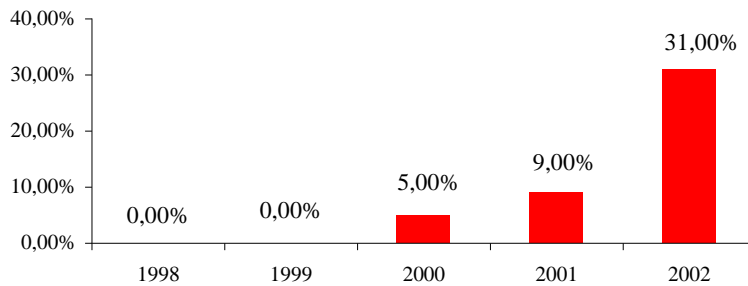
1- Diplomados inquiridos por total de diplomados

	1998	1999	2000	2001	2002
Total de Inquiridos (TI)	8	12	22	23	45
Total de Licenciados (TL)	39	55	72	66	63
TI/TL (%)	20,5	21,8	30,6	34,8	71,4

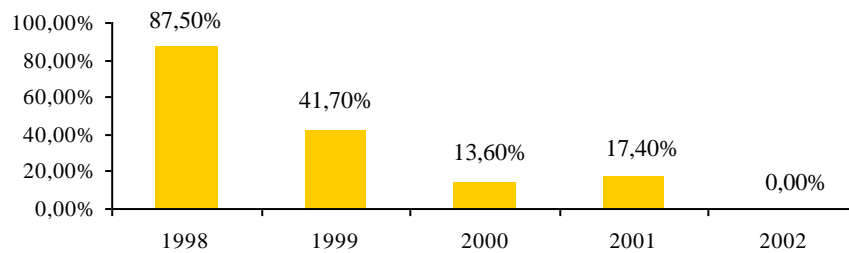
2- Caracterização da amostra



3- Desemprego



4- Frequência de formação de âmbito acadêmico



ANEXO 3

CARTA ENVIADO JUNTO AOS INQUÉRITOS



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

Coimbra, 28 de Janeiro de 2003

Caro ex-aluno (e actual colega):

Como já é do seu conhecimento, três dos actuais alunos do 5º ano estão a realizar o Seminário, por mim orientado, com base no tema: “Observatório do Percurso dos Licenciados da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física – UC”.

Com este trabalho, pretende-se ter conhecimento do percurso profissional dos nossos alunos após a licenciatura: saídas profissionais; tipo de trabalho; vínculo profissional; níveis de empregabilidade; etc..

Para que tal seja possível, é absolutamente necessária a sua colaboração, pelo que venho agradecer a prestada no inquérito telefónico e solicitar um pouco mais da sua “paciência” a fim de responder ao que estamos agora a enviar, o qual deverá ser devolvido no envelope incluso até ao dia 24 de Fevereiro de 2003.

Agradecendo antecipadamente mais esta colaboração prestada, desejo-lhe as maiores felicidades tanto no percurso pessoal como profissional.

Um abraço

(Dr^a Elsa Ribeiro da Silva)

PS – Por favor não falhem o envio

ANEXO 4
INQUÉRITO DO PERCURSO AOS DIPLOMADOS

Situação dos Licenciados Perante o Emprego

Este inquérito destina-se unicamente aos licenciados que iniciaram e terminaram o curso no FCDEF-UC, isto é, alunos que estiveram matriculados nos 3 anos lectivos necessários para obtenção do curso.

A F.C.D.E.F.-U.C. pretende verificar qual a relação actual entre a formação e o sistema de emprego. Estamos preocupados com as tendências de evolução do emprego nesta área. Nesse âmbito, o presente questionário destina-se a avaliar a situação perante o emprego dos licenciados que concluíram o curso em 2000, 2001 e 2002.

Perfil Social

CARACTERIZAÇÃO DO INDIVÍDUO

1. Nome _____

2. Em que ano e mês acabou o curso?

Ano _____ Mês _____

3. Sexo

Masculino

Feminino

4. Qual é a sua data de nascimento (mês e ano)?

_____/19____ NS/NR

(mês) (ano)

5. Com a frequência do ensino superior, teve de mudar de residência?

Sim Não NS/NR

6. (Se sim) Passou a morar onde?

Concelho _____ NS/NR

7. Qual é o seu estado civil?

Solteiro

Casado/ União de facto

Divorciado/ Separado

Viúvo

Outra razão → Qual? _____

NS/NR

8. Como é composto o seu grupo doméstico actual/ com quem vive? (múltipla)

Vive sozinho

Vive com o Pai/ padrasto

Vive com a mãe/ madrasta

Vive com irmão (s)

Vive com o Cônjuge/ companheiro

Vive com os filhos/ enteados

Vive com os avós

- Vive com amigos
- Outro → Qual? _____
- NS/ NR

9. Qual é a condição perante o trabalho do seu cônjuge/ companheiro(a) (na actividade principal)?

- Empregado
- Desempregado
- Reformado
- Doméstico
- Estudante
- Serviço Militar Obrigatório
- Outra → Qual? _____
- NS/ NR

10. Qual foi o nível de escolaridade mais elevado que os seus pais e companheiro (a)/ cônjuge completaram?

ESCOLARIDADE	PAI	MÃE	Comp./ Cônjuge
--------------	-----	-----	-------------------

Não sabe ler nem escrever

Sabe ler e/ou escrever

1º Ciclo do Ensino Básico (Antigo Ensino Primário – 4ª Classe)

2º Ciclo do Ensino Básico – 6º ano (Antigo Ensino Preparatório ou equivalente – antigo 2º ano)

3º Ciclo do Ensino Básico – 9º ano (Antigo Ensino Secundário Geral ou Ensino Unificado ou Equivalente – antigo 5º ano)

Ensino Secundário Complementar ou equivalente – 10º e 11º ano (antigo 7º ano)

12º Ano, propedêutico ou equivalente

Bacharelato

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutoramento

NS/NR

11. Qual é a condição perante o trabalho dos seus pais (na actividade principal):

CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	PAI	MÃE
-----------------------------	-----	-----

Empregado

Desempregado

Estudante
Doméstica
Reformado
Outra → Qual? _____
NS/ NR

12. Qual é a actual profissão do seu pai (no caso de estar reformado/ desempregado/ falecido, indicar a última profissão)

NS/ NR

13. Qual é a actual profissão da sua mãe (no caso de estar reformada/ desempregada/ falecida, indicar a última profissão)

NS/ NR

14. Qual é a situação na profissão dos seus pais (no caso de estarem reformados/ desempregados/ falecidos, indicar a última profissão)?

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	PAI	MÃE
-----------------------	-----	-----

Trabalhador por conta própria (isolado)

Trabalhador por conta própria (empregador)

Trabalhador por conta de outrem

Trabalhador familiar não remunerado

Outra → Qual? _____

NS/NR

Trajectória Profissional

CARACTERIZAÇÃO DA TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL PÓS- CONCLUSÃO DO CURSO

Vamos passar agora a um conjunto de perguntas sobre o seu percurso profissional. Gostaríamos de saber as várias situações profissionais por que passou ao longo destes anos desde que terminou o curso.

Empregado	Todo o indivíduo que tinha no período em referência, efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; tinha um emprego, não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o emprego; tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência
Desempregado	Não ter trabalho remunerado ou qualquer outro + Estar disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não + Ter feito diligências no sentido de procurar um emprego remunerado ou não ao longo das últimas 4 semanas
Inactivo	Não estar empregado nem desempregado, nem a cumprir o serviço militar obrigatório

34. Pedia-lhe que fosse respondendo de modo a preencher um calendário mês/ano acerca de qual foi a sua situação profissional desde de o mês/ ano em que efectivamente acabou o curso. efectivamente acabou o curso.

(empregado, desempregado, a cumprir o Serviço Militar Obrigatório, inactivo, a estudar ou outra situação?)

	Empregado	Desempregado	S.M.O.	Inactivo	A estudar	Outra situação (ex. estágio, bolsa, etc.). Qual?	NS/NR
2000							
Janeiro	73	73	73	73	73	73	73
Fevereiro	74	74	74	74	74	74	74
Março	75	75	75	75	75	75	75
Abril	76	76	76	76	76	76	76
Mai	77	77	77	77	77	77	77
Junho	78	78	78	78	78	78	78
Julho	79	79	79	79	79	79	79
Agosto	80	80	80	80	80	80	80
Setembro	81	81	81	81	81	81	81
Outubro	82	82	82	82	82	82	82
Novembro	83	83	83	83	83	83	83
o							
Dezembro	84	84	84	84	84	84	84
o							
2001							
Janeiro	85	85	85	85	85	85	85
Fevereiro	86	86	86	86	86	86	86
Março	87	87	87	87	87	87	87
Abril	88	88	88	88	88	88	88

Maio	89	89	89	89	89	89	89
Junho	90	90	90	90	90	90	90
Julho	91	91	91	91	91	91	91
Agosto	92	92	92	92	92	92	92
Setembro	93	93	93	93	93	93	93
Outubro	94	94	94	94	94	94	94
Novembr	95	95	95	95	95	95	95
o							
o							
2002							
Janeiro	97	97	97	97	97	97	97
Fevereiro	98	98	98	98	98	98	98
Março	99	99	99	99	99	99	99
Abril	100	100	100	100	100	100	100
Maio	101	101	101	101	101	101	101
Junho	102	102	102	102	102	102	102
Julho	103	103	103	103	103	103	103
Agosto	104	104	104	104	104	104	104
Setembro	105	105	105	105	105	105	105
Outubro	106	106	106	106	106	106	106
Novembr	107	107	107	107	107	107	107
o							
o							
Dezembr	108	108	108	108	108	108	108

FORMAÇÃO PÓS-DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR

35. Após ter terminado a licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física frequentou e/ou está a frequentar formação de âmbito académico (DESE, outra Licenciatura, pós-graduação, Mestrado, Doutoramento, etc.).

Sim (passe 36)

Não (passe 39)

36. Que tipo de formação, de que área, instituição, localização, país, ano de matrícula e de obtenção de diploma e suporte financeiro:

	Área de formação (ex. Economia, Engenharia, Direito)	Nome da Instituição (Univ. Instituto)	Localização (concelho)	País	Ano de Matrícula	Ano de obtenção de diploma	Tipo de Suporte Financeiro (ex. bolsa, empregador, próprio, etc.)
DESE							
Licenciatura							
Pós- graduação							
Mestrado							
Doutoramento							
Outra. Qual?							
NS/ NR							

37. Qual das seguintes frases ilustra melhor a sua situação imediatamente após a conclusão do curso?

Acabei o curso e inscrevi-me logo num programa de formação académica

- Procurei emprego durante algum tempo, mas como não encontrei decidi prosseguir os estudos
- Estive empregado durante algum tempo, mas depois decidi retomar os estudos a tempo inteiro
- Continuei a estudar e a trabalhar ao mesmo tempo
- Outra situação → Qual?
- NS/NR

38. Qual/ quais das seguintes razões influenciou/ influenciaram a sua decisão para continuar a estudar? (Múltipla – máximo 2)

- Sentiu necessidade de aprofundar os seus conhecimentos para melhor desempenhar a profissão
- Foi uma alternativa ao desemprego
- Era uma condição para poder progredir na carreira
- Sempre fez parte dos seus planos prosseguir os estudos
- Era uma condição para encontrar emprego
- Era uma condição para encontrar emprego bem remunerado
- Outra razão → Qual? _____
- NS/ NR

39. Pensa vir a frequentar alguma formação de âmbito académico?

- Sim Qual? _____ -
- Não
- NS/NR

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL IMEDIATAMENTE A SEGUIR (OU SEJA, NOS SEIS MESES SEGUINTE) A TERMINAR O CURSO

Para os indivíduos que tinham emprego no seis meses seguintes a acabar o curso, responda ao conjunto de questões relativas à situação de EMPREGADO;

Para os indivíduos que estavam na situação de desempregado após acabarem o curso ou nos seis meses seguintes, responda ao conjunto de questões relativas à situação de DESEMPREGADO;

Para os indivíduos que estavam na situação de inactivos após acabarem o curso ou nos seis meses seguintes, responda ao conjunto de questões relativas à situação de INACTIVO.

EMPREGADO

40. Nos seis meses seguintes após ter acabado o curso estava empregado. Esse emprego foi obtido imediatamente após acabar o curso, ou já o tinha antes?

- já tinha antes
- foi obtido imediatamente após acabar o curso
- NS/ NR

41. Qual era a sua profissão principal?

42. E em qual das seguintes situações se encontrava:

- Trabalhador por conta própria (isolado)
- Trabalhador por conta própria (empregador)
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador familiar não remunerado
- Outra → Qual? _____
- NS/ NR

43. Qual era o seu tipo de contrato?

- Contrato de trabalho sem termo
- Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)
- Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)
- Situações de trabalho pontuais e ocasionais
- Outra situação → Qual? _____
- NS/ NR

44. Qual era o seu regime de trabalho?

- Tempo completo
- Tempo parcial
- NS/ NR

45. Qual era o tipo de instituição onde exercia a sua actividade, segundo o regime jurídico?

- Empresa em nome individual
- Sociedade por quotas
- Sociedade anónima
- Administração pública

- IPSS's
- Outro tipo → Qual? _____
- NS/ NR

46. (Se já tinha emprego antes de acabar o curso) Quais foram as mudanças mais significativas que resultaram do facto de ter concluído o curso? (múltipla)

- Aumento salarial
- Melhoria das condições de trabalho
- Mudança de categoria profissional
- Desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no curso
- Nenhuma mudança
- Outra. Qual? _____
- NS/NR

47. Como é que obteve esse emprego (múltipla)?

Através de anúncio

- Resposta a anúncio
- Colocação de anúncio

Através de relações pessoais

- Amigos ou conhecidos
- Familiares
- Através relações profissionais
- Professores

Através da instituição onde se formou

- a instituição tinha protocolos com empregadores
- associação de antigos alunos
- gabinete de saídas profissionais
- associação de estudantes

Outras hipóteses

- Na sequência de estágio
- Através de candidatura espontânea (por ex.: envio de curriculum)
- Através de inscrição em centro de emprego
- Através da criação do próprio emprego (ex.: empresa/ gabinete de estudos, etc)
- Concurso do Ministério da Educação

Outra → Qual? _____

NS/ NR

DESEMPREGAGO

48. Se estava desempregado diga-nos quais foram as principais razões que contribuíram para essa situação? (múltipla)

Razões pessoais:

- Doença ou incapacidade pessoal
- Não encontrava trabalho adequado à sua formação
- O salário oferecido não correspondia às expectativas
- As condições de trabalho não eram satisfatórias
- A localização geográfica não lhe interessava
- Não encontrou nenhum emprego

Razões do lado do empregador:

- Despedimento (colectivo ou geográfico)
- Falência da empresa
- Fim de contrato
- Fim da tarefa encomendada
- Rescisão

- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

INACTIVO

49. Se a sua situação era a de inactivo, diga-nos quais foram as principais razões para a inactividade? (múltipla)

- Decidiu continuar a estudar
- Casamento
- Maternidade/paternidade/necessidade de cuidar dos filhos
- Necessidade de cuidar de idosos/incapacitados
- Por doença ou incapacidade
- Por reforma antecipada
- Por nenhuma razão em especial
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

2. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL UM ANO E MEIO APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO

Para os indivíduos que tinham emprego um ano e meio após acabar o curso, responda ao conjunto de questões relativas à situação de EMPREGADO (= quer seja o mesmo emprego que tinha no momento 1, quer seja um novo emprego que “ caía” na fasquia do ano e meio).

Para os indivíduos que estavam na situação de desempregado um ano e meio após acabarem o curso, responda ao conjunto de questões relativas à situação de DESEMPREGADO.

Para os indivíduos que estavam na situação de inactivos um ano e meio após acabarem o curso, responda ao conjunto de questões relativas à situação de INACTIVO.

<
< **EMPREGADO** <
< <
< <
< <

50. Qual era a sua profissão principal?

NS/NR

51. E em qual das seguintes situações se encontrava:

Trabalhador por conta própria (isolado)

Trabalhador por conta própria (empregador)

Trabalhador por conta de outrem

Trabalhador familiar não remunerado

Outra → Qual? _____

NS/ NR

52. Qual era o seu tipo de contrato?

Contrato de trabalho sem termo

Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)

Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)

Situações de trabalho pontuais e ocasionais

Outra situação → Qual? _____

NS/ NR

53. Qual era o seu regime de trabalho?

Tempo completo

Tempo parcial

NS/ NR

54. Indique onde se localizava a instituição onde trabalhava / onde é que trabalhava (no caso de ser trabalhador por conta própria):

Concelho _____

55. Como é que obteve esse emprego?

Na sequência do estágio

Concurso do ministério da educação

Através da inscrição do centro de emprego

Através da criação do próprio emprego

Outra → Qual? _____

NS/NR

56. No caso de ter deixado esse emprego indique as principais razões para o ter feito. Podem estar relacionadas com a instituição em que trabalhava ou não (ex. razões pessoais) (múltipla).

Relacionadas com a instituição:

- Fim de contrato
- Despedimento
- Falência da empresa
- Fim da tarefa encomendada
- Rescisão
- Encerramento da actividade

Razões pessoais

- Casamento
- Necessidade de cuidar de familiares
- Reforma antecipada (por razões económicas ou de saúde)
- Não era um trabalho adequado à sua formação
- Estava insatisfeito com o conteúdo do trabalho
- Não tinha as condições de trabalho desejadas
- O salário oferecido não correspondia às suas expectativas
- Não tinha condições de ascensão profissional
- Porque encontrou outro emprego melhor

Outra → Qual? _____

NS/NR

DESEMPREGAGO

57. Se estava desempregado diga-nos quais foram as principais razões que contribuíram para essa situação? (múltipla)

Razões pessoais:

- Doença ou incapacidade pessoal
- Não encontrava trabalho adequado à sua formação
- O salário oferecido não correspondia às expectativas
- As condições de trabalho não eram satisfatórias
- A localização geográfica não lhe interessava
- Não encontrou nenhum emprego

Razões do lado do empregador:

- Despedimento (colectivo ou geográfico)
- Falência da empresa
- Fim de contrato
- Fim da tarefa encomendada
- Rescisão

Outra razão → Qual? _____

NS/NR

58. Que tipo de apoios/meios de subsistência teve durante esse período de desemprego? (múltipla)

- Subsídio de desemprego
- Apoio familiar

- Rendimentos próprios
- Rendimento mínimo garantido
- Nenhum
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

59. Que medidas tomou para aumentar as possibilidades de arranjar emprego?
(múltipla)

- Inscreveu-se num centro de emprego
- Frequentou cursos de formação
- Re-ingressou na escola/faculdade (licenciatura, pós-graduação, doutoramento, etc.)
- Nenhuma medida
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

INACTIVO

60. Se a sua situação era a de inactivo, diga-nos quais foram as principais razões para a inactividade? (múltipla)

- Decidiu continuar a estudar
- Casamento
- Maternidade/paternidade/necessidade de cuidar dos filhos
- Necessidade de cuidar de idosos/incapacitados
- Por doença ou incapacidade
- Por reforma antecipada
- Por nenhuma razão em especial
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

61. Qual era, na altura, a sua fonte de rendimento? (múltipla)

- Reforma/pensão
- Dependente da família ou amigos
- Rendimentos próprios
- Rendimento mínimo garantido
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

Para os indivíduos estão na situação de empregado, responda ao conjunto de questões relativas à situação de EMPREGADO (= quer seja o mesmo emprego que tinha no momento 1 e/ ou 2 e/ quer seja um novo emprego)

Para os indivíduos que estão na situação de desempregado, responda ao conjunto de questões relativas à situação de DESEMPREGADO.

Para os indivíduos que estão na situação de inactivos, responda ao conjunto de questões relativas à situação de INACTIVO.

EMPREGADO

62. Qual é a sua profissão principal?

NS/NR

63. Qual é a sua situação na profissão?

Trabalhador por conta própria (isolado)

Trabalhador por conta própria (empregador)

Trabalhador por conta de outrem

Trabalhador familiar não remunerado

Outra → Qual? _____

NS/ NR

64. Qual é o seu tipo de contrato de trabalho?

Contrato de trabalho sem termo

Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)

Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)

Situações de trabalho pontuais e ocasionais

Outra situação → Qual? _____

NS/ NR

65. Qual é o seu regime de trabalho?

Tempo completo

Tempo parcial

NS/ NR

66. Indique onde se localizava a instituição onde trabalha / onde é que trabalhava (no caso de ser trabalhador por conta própria):

Concelho _____

67. Como é que obteve este emprego?

Na sequência do estágio

Concurso do ministério da educação

Através da inscrição do centro de emprego

Através da criação do próprio emprego

Outra → Qual? _____

NS/NR

68. Apesar de estar actualmente empregado, continua a procurar emprego?

Sim

Não

NS/NR

69. (Se sim) Quais são as razões para o fazer? (múltipla)

Receia perder o actual emprego

- O actual emprego é de carácter provisório
- Pretende um emprego mais adequado às suas qualificações escolares e/ou profissionais
- Pretende um emprego com remuneração
- Deseja um emprego onde possa desenvolver outras actividades profissionais
- Pretende um emprego mais adequado à sua experiência profissional
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

Actividade secundária (no caso de possuir mais de uma actividade secundária, referir aquela que considera mais importante)

70. Desenvolve alguma actividade secundária?

- Sim Não NS/NR

71. (Se sim) Em que consiste essa actividade?

_____ NS/NR

72. Qual é a sua situação nessa profissão?

- Trabalhador por conta própria (isolado)
- Trabalhador por conta própria (empregador)
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador familiar não remunerado
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

73. Quais são as razões para possuir uma actividade secundária? (múltipla)

- Há o risco de perder o emprego principal
- Precisa de ganhar mais dinheiro
- Pretende fazer coisas diferentes
- Por satisfação pessoal
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

DESEMPREGAGO

74. Se a sua situação é a de desempregado, diga-nos quais foram as principais razões que contribuíram para essa situação? (múltipla)

Razões pessoais:

- Doença ou incapacidade pessoal
- Não encontrava trabalho adequado à sua formação
- O salário oferecido não correspondia às expectativas
- As condições de trabalho não eram satisfatórias
- A localização geográfica não lhe interessava
- Não encontrou nenhum emprego

Razões do lado do empregador:

- Despedimento (colectivo ou geográfico)
- Falência da empresa
- Fim de contrato
- Fim da tarefa encomendada

Rescisão

Outra razão → Qual? _____

NS/NR

75. Que tipo de apoios/meios de subsistência tem tido durante este período de desemprego? (múltipla)

Subsídio de desemprego

Apoio familiar

Rendimentos próprios

Rendimento mínimo garantido

Nenhum

Outra razão → Qual? _____

NS/NR

76. Efectuou diligências para encontrar emprego, nos últimos 30 dias?

Sim

Não

NS/NR

77. (Se sim) que tipo de diligência efectuou, nos últimos 30 dias, para encontrar emprego? (múltipla)

Anuncio

Resposta ao anuncio

Colocação do anuncio

Recurso a relações pessoais

Amigos ou conhecidos

Familiares

Através de relações profissionais

Professores

Contacto com a instituição onde se formou

Associação de antigos alunos

Gabinete de saídas profissionais

Associação de estudantes

Outras hipóteses

Candidatura espontânea/ contacto com empregadores

Inscrição em centro de emprego

Candidatou-se a um concurso

Solicitou licenças ou recursos financeiros para a criação do próprio emprego

Outra razão → Qual? _____

NS/NR

78. Relativamente à procura de emprego, está nalguma situação de espera a diligências feitas anteriormente?

Sim

Não

NS/NR

79. (se sim) Qual é a sua situação face às diligências feitas? (múltipla)

Está à espera de ser colocado pelo centro de emprego

Está à espera de resposta de um empregador

Está à espera do resultado de um concurso

Está à espera do resultado duma entrevista ou teste

- Está à espera do resultado de diligências para trabalhar por conta própria
- Aguarda repostas a anúncios
- Aguarda de resposta a contactos pessoais
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

80. (se não) Porque é que não efectuou diligências para encontrar emprego?
(múltipla)

- Aguarda ser chamado a um emprego
- Tem problemas de saúde
- Não sabe como procurar
- Não vale a pena procurar
- Está a receber formação
- Não está disponível por razões pessoais
- Considera que legalmente não pode ter trabalho
- Não se decidiu ainda a começar diligências
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

81. Se lhe oferecessem emprego aceitará de imediato?

- Sim Não NS/NR

82. (se não) Porquê? _____

83. Que condições são necessárias para escolher/ aceitar um emprego? (múltipla)

- Ter uma remuneração que lhe pareça adequada à sua formação
- Relacionar-se com a sua área de formação
- Ter boas condições de trabalho (horário, etc.)
- Ser compatível com as suas necessidades
- Não é necessário nenhuma condição específica
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

84. Que medidas tem tomado para aumentar as possibilidades de arranjar emprego?

(múltipla)

- Inscreveu-se num centro de emprego
- Frequenta cursos de formação
- Re-ingressou na escola/faculdade (licenciatura, pós-graduação, doutoramento, etc.)
- Nenhuma medida
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

<< **INACTIVO** >>

85. Se se encontra inactivo, diga-nos quais foram as principais razões para a inactividade? (múltipla)

- Decidiu continuar a estudar
- Casamento
- Maternidade/paternidade/necessidade de cuidar dos filhos

- Necessidade de cuidar de idosos/incapacitados
- Por doença ou incapacidade
- Por reforma antecipada
- Por nenhuma razão em especial
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

86. Qual/ Quais é/ são a (s) sua(s) fonte(s) de rendimento? (múltipla)

- Reforma/pensão
- Dependente da família ou amigos
- Rendimentos próprios
- Rendimento mínimo garantido
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

87. Considera que o Estágio Pedagógico foi decisivo para o seu desempenho profissional?

Sim Em que aspectos?

Não Porquê?

88. Considera que o Estágio Pedagógico foi decisivo na sua socialização profissional?

Sim Em que aspectos?

Não Porquê?

89. A esta distância temporal e relativamente ao modelo de Estágio que realizou, indique o aspecto mais negativo e positivo.

Aspectos negativos

Aspectos positivos

90. Após este intervalo de tempo reflecta sobre o seu Estágio Pedagógico e refira a maior dificuldade que sentiu e o que mais lhe agradou.

Dificuldades

O que mais lhe agradou

91. Alguma vez, desde que terminou o curso, frequentou acções de formação profissional

- Sim
- Não

92. (se sim) Quais as razões para ter frequentado acções de formação profissional? (múltipla)

- Adaptação a mudanças tecnológicas ou actualização de conhecimentos
- Preparar-se para um emprego
- Retorno a um emprego após longa permanência
- No âmbito de um programa de promoção de emprego
- Exigência de entidade patronal
- Necessidade de formação para progressão na carreira
- Por interesse pessoal
- Outra razão? Qual? _____
- NS\NR

93. (se sim) Em que áreas(s)? (múltipla – máximo 3)

- NS/NR

94. (se não) Quais as razões para nunca ter frequentado acções de formação profissional?

- Não sente necessidade de actualização
- Nunca foi seleccionado para frequentar um curso de formação
- Não tem tempo para a frequência

Outra razão? Qual?

ANEXO 5

TABELAS ESTADÍSTICAS DO INQUÉRITO (Enquadramento, Perfil Social, Actividade, Formação)

1. DADOS DE ENQUADRAMENTO

1.1. DIPLOMADOS INQUIRIDOS POR ANO DE TÉRMINO DA LICENCIATURA

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
2000	15	28,30	28,30
2001	9	16,98	45,28
2002	29	54,72	100,00
Total	53	100,00	

1.2. DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO O SEXO POR ANO DE TÉRMINO DA LICENCIATURA

		2000	2001	2002	Total
Sexo Masculino	Frequência	11	9	20	40
	Percentagem	73,33	100,00	68,97	75,47
Sexo Feminino	Frequência	4		9	13
	Percentagem	26,67		31,03	24,53
Total	Frequência	15	9	29	53
	Percentagem	100,00	100,00	100,00	100,00

1.3. IDADES DOS INQUIRIDOS POR ANO DE TÉRMINO LICENCIATURA

Idade	2000	2001	2002	Total
23			12	12
24		5	10	15
25	6		1	7
26	4	1	1	6
27	2	2	1	5
28	1			1
29	1		1	2
30	1			1
32		1	1	2
37			2	2
Total	15	9	29	53

Ano Licenciatura	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2000	26,33	1,59	25	30
2001	25,78	2,68	24	32
2002	25,14	3,85	23	37
Total	25,58	3,17	23	37

1.4. ESTADO CIVIL DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Solteiro	48	90,57	90,57
Casado / União de Facto	4	7,55	98,11
Divorciado / Separado	1	1,89	100,00
Total	53	100,00	

1.5. MUDANÇA DE RESIDÊNCIA DOS INQUIRIDOS COM A FREQUÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR POR ANO DE TÉRMINO DE LICENCIATURA

Ano de Licenciatura		Mudança de Residência			
		Não	Sim	NS/NR	Total
2000	Frequência	4	10	1	15
	%	26,67	66,67	6,67	100,00
2001	Frequência	2	7		9
	%	22,22	77,78		100,00
2002	Frequência	10	18	1	29
	%	34,48	62,07	3,45	100,00
Total	Frequência	16	35	2	53
	%	30,19	66,04	3,77	100,00

2. DADOS DO PERFIL SOCIAL

2.1. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

2.1.1. Nível de escolaridade do pai

Nível de escolaridade do pai	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1º Ciclo do Ensino Básico (Antigo Ensino Primário - 4ª cl)	12	22,64	22,64
2º Ciclo do Ensino Básico - 6º ano (Antigo 2º Ano)	4	7,55	30,19
3º Ciclo do Ensino Básico - 9º Ano (Antigo 5º Ano)	6	11,32	41,51
Ensino Secundário Complementar ou equivalente - 10 e 11º Ano	8	15,09	56,60
12º Ano, propedêutico ou equivalente	4	7,55	64,15
Bacharelato	7	13,21	77,36
Licenciatura	10	18,87	96,23
Mestrado	1	1,89	98,11
Doutoramento	1	1,89	100,00
Total	53	100,00	

2.1.2. Nível de escolaridade da mãe

Nível de escolaridade da mãe	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
1º Ciclo do Ensino Básico (Antigo Ensino Primário - 4ª cl)	14	26,42	26,42
2º Ciclo do Ensino Básico - 6º ano (Antigo 2º Ano)	4	7,55	33,96
3º Ciclo do Ensino Básico - 9º Ano (Antigo 5º Ano)	4	7,55	41,51
Ensino Secundário Complementar ou equivalente - 10 e 11º Ano	7	13,21	54,72
12º Ano, propedêutico ou equivalente	3	5,66	60,38
Bacharelato	7	13,21	73,58
Licenciatura	11	20,75	94,34
Pós Graduação	2	3,77	98,11
Doutoramento	1	1,89	100,00
Total	53	100,00	

2.2. CONDIÇÃO DOS PAIS DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS PERANTE O TRABALHO

2.2.1. Condição do pai perante o trabalho

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Empregado	37	69,81	69,81
Desempregado	1	1,89	71,70
Reformado	10	18,87	90,57
Outra	4	7,55	98,11
NS/NR	1	1,89	100,00
Total	53	100,00	

2.2.2. Condição da mãe perante o trabalho

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Empregado	35	66,04	66,04
Doméstico	6	11,32	77,36
Reformado	9	16,98	94,34
Outra	2	3,77	98,11
NS/NR	1	1,89	100,00
Total	53	100,00	

2.3. PROFISSÃO DOS PAIS DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

2.3.1. Profissão do pai

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Dirigentes e Quadros Superiores da Administ. Púb. e Empresas	3	5,66	5,66
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	15	28,30	33,96
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	12	22,64	56,60
Pessoal Administrativo e Similares	4	7,55	64,15
Pessoal dos Serviços e Vendedores	7	13,21	77,36
Agricultores e Trab. Qualificados da Agricultura e Pescas	1	1,89	79,25
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	6	11,32	90,57
Operadores de Instalações e Máquinas e Trab. de Montagem	1	1,89	92,45
Trabalhadores Não Qualificados	1	1,89	94,34
NS/NR	3	5,66	100,00
Total	53	100,00	

2.3.2 Profissão da mãe

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Dirigentes e Quadros Superiores da Administ. Púb. e Empresas	1	1,89	1,89
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	11	20,75	22,64
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	7	13,21	35,85
Pessoal Administrativo e Similares	13	24,53	60,38
Pessoal dos Serviços e Vendedores	2	3,77	64,15
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	5	9,43	73,58
Trabalhadores Não Qualificados	11	20,75	94,34
Outros Trabalhadores / Sem Profissão	1	1,89	96,23
NS/NR	2	3,77	100,00
Total	53	100,00	

2.4.SITUAÇÃO NA PROFISSÃO DOS PAIS DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

2.4.1. Situação na profissão do pai

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Trabalhador por conta própria (isolado)	4	7,55	7,55
Trabalhador por conta própria (empregador)	7	13,21	20,75
Trabalhador por conta de outrem	34	64,15	84,91
Outra	1	1,89	86,79
NS/NR	7	13,21	100,00
Total	53	100,00	

2.4.2. Situação na profissão da mãe

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Trabalhador por conta própria (isolado)	3	5,66	5,66
Trabalhador por conta própria (empregador)	3	5,66	11,32
Trabalhador por conta de outrem	34	64,15	75,47
Trabalhador familiar não remunerado	5	9,43	84,91
NS/NR	8	15,09	100,00
Total	53	100,00	

3. DADOS REFERENTES À ACTIVIDADE DOS INDIVÍDUOS INQUIRIDOS

3.1. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS FACE À ACTIVIDADE

3.1.1. Situação dos diplomados inquiridos face à actividade nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso

		Empregado	Desempregado	Inactivo	NS/NR	Total
2000	N	13	2			15
	%	86,67	13,33			100,00
2001	N	8		1		9
	%	88,89		11,11		100,00
2002	N	23	4		2	29
	%	79,31	13,79		6,90	100,00
Total	N	44	6	1	2	53
	%	83,02	11,32	1,89	3,77	100,00

3.1.2. Situação dos diplomados face à actividade 1 ano e meio após a conclusão do curso

		Empregado	Desempregado	NS/NR	Total
2000	N	14	1		15
	%	93,33	6,67		100,00
2001	N	9			9
	%	100,00			100,00
2002	N			29	29
	%			100,00	100,00
Total	N	23	1	29	53
	%	43,40	1,89	54,72	100,00

a. Naturalmente, os sujeitos que terminaram a licenciatura em 2002 não responderam a esta questão.

3.1.3. Situação actual (Janeiro/Fevereiro de 2003) dos diplomados inquiridos face à actividade

		2000	2001	2002	Total
Empregado	N	14	9	26	49
	%	93,33	100,00	89,66	92,45
Desempregado	N	1		2	3
	%	6,67		6,90	5,66
NS/NR	N			1	1
	%			3,45	1,89
Total	N	15	9	29	53
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

3.2. MOMENTO DA OBTENÇÃO DO PRIMEIRO EMPREGO DOS INQUIRIDOS POR ANO DE TÉRMINO DE LICENCIATURA

		Já tinha antes	Foi obtido imediatamente após acabar o curso	Total ^a
2000	N	1	12	13
	%	7,69	92,31	100,00
2001	N		8	8
	%		100,00	100,00
2002	N	2	21	23
	%	8,70	91,30	100,00
Total	N	3	41	44
	%	6,82	93,18	100,00

a. Os restantes 7 sujeitos não se encontravam empregados.

3.3. PROFISSÃO PRINCIPAL DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.3.1. Profissão Principal dos diplomados inquiridos nos 6 meses seguintes da conclusão da licenciatura por ano de término da licenciatura

	2000	2001	2002
Animador Sócio-Educativo	7,69%		
Professor	53,85%	75,00%	65,22%
Treinador			4,35%
NR	38,46%	25,00%	30,43%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

3.3.2. Profissão Principal dos diplomados inquiridos na actualidade (Janeiro/Fevereiro de 2003) por ano de término da licenciatura

	2000	2001	2002
Professor	92,86%	100,00%	84,62%
Treinador	7,14%		
NR			15,38%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

3.4. SITUAÇÃO NO TRABALHO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.4.1. Situação no Trabalho nos 6 meses seguintes após a conclusão da licenciatura por ano de término da licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Trabalhador por conta própria (isolado)	N	1		1	2
	%	7,69		4,35	4,55
Trabalhador por conta própria (empregador)	N			1	1
	%			4,35	2,27
Trabalhador por conta de outrem	N	11	6	18	35
	%	84,62	75,00	78,26	79,55
Trabalhador familiar não remunerado	N		2		2
	%		25,00		4,55
Outra	N	1		2	3
	%	7,69		8,70	6,82
NS/NR	N			1	1
	%			4,35	2,27
Total	N	13	8	23	44
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

3.4.2. Situação no Trabalho ano e meio após a conclusão da licenciatura por ano de término da licenciatura

		2000	2001	Total
Trabalhador por conta própria (isolado)	N	1		1
	%	7,14		4,35
Trabalhador por conta de outrem	N	13	9	22
	%	92,86	100,00	95,65
Total	N	14	9	23
	%	100,00	100,00	100,00

3.4.3. Situação no trabalho actual por ano de término da licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Trabalhador por conta própria (isolado)	N	1		1	2
	%	7,14		3,85	4,08
Trabalhador por conta própria (empregador)	N			1	1
	%			3,85	2,04
Trabalhador por conta de outrem	N	13	9	23	45
	%	92,86	100,00	88,46	91,84
Outra	N			1	1
	%			3,85	2,04
Total	N	14	9	26	49
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

3.5. VÍNCULO CONTRATUAL DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.5.1. Vínculo contratual nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Contrato de trabalho sem termo	N			1	1
	%			4,35	2,27
Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)	N	11	8	15	34
	%	84,62	100,00	65,22	77,27
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes)	N	2		3	5
	%	15,38		13,04	11,36
NS/NR	N			4	4
	%			17,39	9,09
Total	N	13	8	23	44
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

3.5.2. Vínculo contratual 1 ano e meio após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura

		2000	2001	Total
Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)	N	13	9	22
	%	92,86	100,00	95,65
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes)	N	1		1
	%	7,14		4,35
Total	N	14	9	23
	%	100,00	100,00	100,00

3.5.3. Vínculo contratual na actualidade por ano de término da licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Contrato de trabalho sem termo	N			1	1
	%			3,85	2,04
Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)	N	13	9	22	44
	%	92,86	100,00	84,62	89,80
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes)	N	1		1	2
	%	7,14		3,85	4,08
Outra situação	N			1	1
	%			3,85	2,04
NS/NR	N			1	1
	%			3,85	2,04
Total	N	14	9	26	49
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

3.6. REGIME DE TRABALHO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.6.1. Regime de Trabalho nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Tempo completo	N	9	7	18	34
	%	69,23	87,50	78,26	77,27
Tempo parcial	N	4	1	3	8
	%	30,77	12,50	13,04	18,18
NS/NR	N			2	2
	%			8,70	4,55
Total	N	13	8	23	44
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

3.6.2. Regime de Trabalho 1 ano e meio após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura

		2000	2001	Total
Tempo completo	N	13	8	21
	%	92,86	88,89	91,30
Tempo parcial	N	1	1	2
	%	7,14	11,11	8,70
Total	N	14	9	23
	%	100,00	100,00	100,00

3.6.3. Regime de Trabalho na actualidade por ano de término da licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Tempo completo	N	12	8	24	44
	%	85,71	88,89	92,31	89,80
Tempo parcial	N	2	1	2	5
	%	14,29	11,11	7,69	10,20
Total	N	14	9	26	49
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

3.7. TIPO DE INSTITUIÇÃO EMPREGADORA DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.7.1. Tipo de Instituição Empregadora nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura.

		2000	2001	2002	Total
Sociedade por cotas	N			1	1
	%			4,35	2,27
Sociedade anónima	N	1			1
	%	7,69			2,27
Administração Pública	N	10	7	15	32
	%	76,92	87,50	65,22	72,73
Outro tipo	N	1	1	5	7
	%	7,69	12,50	21,74	15,91
NS/NR	N	1		2	3
	%	7,69		8,70	6,82
Total	N	13	8	23	44
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

3.8. MODO DE OBTENÇÃO DO EMPREGO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS NAS SEQUÊNCIAS TEMPORAIS POR ANO DE TÉRMINO DA LICENCIATURA

Meios (%)		Nos 6 Meses seguintes após a conclusão do curso			1 Ano e meio após a conclusão do curso		Situação actual (Janeiro/Fevereiro de 2003)		
		2000	2001	2002	2000	2001	2000	2001	2002
Amigos ou conhecidos	N	1	1	4					
	%	7,69	12,50	25,00					
Através de relações profissionais	N	1		2					
	%	7,69		12,50					
Através de professores	N			1					
	%			6,25					
A instituição tinha protocolos com empregadores	N			1					
	%			6,25					
Na sequencia do estágio	N	1		2					
	%	7,69		12,50					
Através de candidatura espontânea	N	1		2					
	%	7,69		12,50					
Concurso do Ministério da educação	N	5	4	9	11	7	11	5	19
	%	38,46	50,00	56,25	75,57	77,78	78,57	55,56	73,08
Através da inscrição no centro de emprego	N	1							1
	%	7,69							3,85
Outra	N		1		1	2	2	1	3
	%		12,50		7,14	22,22	14,29	11,11	11,54

3.9. DIPLOMADOS INQUIRIDOS DESEMPREGADOS SEGUNDO AS PRINCIPAIS RAZÕES PARA O DESEMPREGO²¹ NAS TRÊS SEQUÊNCIAS TEMPORAIS

Razões para o desemprego		Nos 6 Meses seguintes após a conclusão do curso	1 Ano e meio após a conclusão do curso	Situação Actual (Janeiro/Fevereiro de 2003)
Não encontrava trabalho adequado à formação	N	1		1
	%	16,67		33,33
Não encontrou nenhum emprego	N	3	1	2
	%	50,00	100	66,67
Fim de contrato	N	2		1
	%	33,33		33,33
Outra	N	1		1
	%	16,67		33,33

3.10. DIPLOMADOS INQUIRIDOS INACTIVOS SEGUNDO AS PRINCIPAIS RAZÕES PARA A INACTIVIDADE NAS TRÊS SEQUÊNCIAS TEMPORAIS

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Decidiu continuar a estudar	1	100	100

3.11. MEIO DE SUBSISTÊNCIA DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS NO CASO DE DESEMPREGO

3.11.1. Meio de subsistência no caso de desemprego (1 ano e meio após a conclusão do curso)

	Frequência	Percentagem
Subsídio de desemprego	1	100

Na situação de desemprego, um ano e meio após o fim do curso, só temos um sujeito.

²¹ A pergunta é de escolha múltipla e as percentagens apresentadas são sobre os indivíduos desempregados em cada uma das fases (6 meses, um ano e meio e actual).

3.11.2. Meio de subsistência no caso de desemprego (na actualidade Janeiro/Fevereiro de 2003)

Meios de Subsistência	N	%
Subsídio de desemprego	1	33,33
Nenhum	1	33,33
Outro meio de subsistência	1	33,33

4. DADOS REFERENTES À FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS INQUIRIDOS

4.1. FORMAÇÃO DE ÂMBITO ACADÉMICO APÓS O CURSO

4.1.1. Formação Complementar Académica segundo o Ano de Licenciatura

		Não	Sim	NS/NR	Total
2000	N	11	4		15
	%	73,33	26,67		100,00
2001	N	7	2		9
	%	77,78	22,22		100,00
2002	N	26	2	1	29
	%	89,66	6,90	3,45	100,00
Total	N	44	8	1	53
	%	83,02	15,09	1,89	100,00

4.2.2. Razões evocadas pelos diplomados inquiridos em 2000 para continuar a estudar

Razões	N	%
Sentiu necessidade de aprofundar os seus conhecimentos para melhor desempenhar a profissão	2	13,33
Foi uma alternativa ao desemprego	1	6,67
Era uma condição para poder progredir na carreira	3	20,00
Sempre fez parte dos seus planos prosseguir os estudos	2	13,33
Outra razão	1	6,67

4.2.3. Razões evocadas pelos diplomados inquiridos em 2001 para continuar a estudar

Razões	N	%
Sentiu necessidade de aprofundar os seus conhecimentos para melhor desempenhar a profissão	1	11,11
Sempre fez parte dos seus planos prosseguir os estudos	1	11,11

4.2.4. Razões evocadas pelos diplomados inquiridos em 2002 para continuar a estudar

Razões	N	%
Sentiu necessidade de aprofundar os seus conhecimentos para melhor desempenhar a profissão	4	57,14
Era uma condição para poder progredir na carreira	2	28,57

4.2.5. Desejo de frequentar formação académica segundo o Ano de Licenciatura

		Não	Sim	NS/NR	Total
2000	N	2	8	5	15
	%	13,33	53,33	33,33	100,00
2001	N		3	6	9
	%		33,33	66,67	100,00
2002	N		22	7	29
	%		75,86	24,14	100,00
Total	N	2	33	18	53
	%	3,77	62,26	33,96	100,00

4.2.6. Formação de âmbito académico que os diplomados pensam frequentar

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
NR	23	43,40	43,40
Curso de Fisioterapia	2	3,77	47,17
Doutoramento	2	3,77	50,94
Mestrado	19	35,85	86,79
Mestrado e Doutoramento	2	3,77	90,57
Mestrado e Licenciatura	1	1,89	92,45
Pós-Graduação	1	1,89	94,34
Pós-Graduação ou Mestrado	3	5,66	100,00
Total	53	100,00	

4.2. ESTÁGIO PROFISSIONAL

4.2.1. Diplomados inquiridos segundo a pertinência do estágio pedagógico para o desempenho profissional

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Não	7	13,21	13,21
Sim	38	71,70	84,91
NS/NR	8	15,09	100,00
Total	53	100,00	

4.2.2. Diplomados inquiridos segundo a pertinência do estágio pedagógico para o desempenho profissional por ano de licenciatura

		Não	Sim	NS/NR	Total
2000	N	3	11	1	15
	%	20,00	73,33	6,67	100,00
2001	N	1	7	1	9
	%	11,11	77,78	11,11	100,00
2002	N	3	20	6	29
	%	10,34	68,97	20,69	100,00
Total	N	7	38	8	53
	%	13,21	71,70	15,09	100,00

4.2.3. Aspectos que Contribuíram para o Desempenho Profissional por Ano de Licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Como experiência de trabalho	N	3	1	5	9
	%	27,27	16,67	25,00	24,32
Preparação para a realidade	N	2	2	9	13
	%	18,18	33,33	45,00	35,14
Como formação	N	2			2
	%	18,18			5,41
Prática de funções docentes	N	1	1	2	4
	%	9,09	16,67	10,00	10,81
Potenciou conhecimentos teórico/práticos	N	3	2	4	9
	%	27,27	33,33	20,00	24,32
Total	N	11	6	20	37
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

4.2.4. Razões para Não Ter Contribuído para o Desempenho Profissional por Ano de Licenciatura

		2000	2002	Total
Não houve transmissão de conhecimentos	N	2		2
	%	66,67		33,33
Trabalho desnecessário	N	1		1
	%	33,33		16,67
Falta de ênfase na realidade	N		1	1
	%		33,33	16,67
Já tinha experiência anterior, esta não acrescentou nada	N		2	2
	%		66,67	33,33
Total	N	3	3	6
	%	100,00	100,00	100,00

4.2.5. Aspectos Positivos do Estágio por Ano de Licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Relações e convivência	N	1	2	8	11
	%	7,69	25,00	34,78	25,00
Experiência da profissão docente	N	3	3	7	13
	%	23,08	37,50	30,43	29,55
Conhecimento do funcionamento da escola	N	2	1	1	4
	%	15,38	12,50	4,35	9,09
Novidade da experiência	N	3		1	4
	%	23,08		4,35	9,09
Remuneração	N	1		2	3
	%	7,69		8,70	6,82
Integração no meio	N	1		2	3
	%	7,69		8,70	6,82
Aplicação de conhecimentos	N		1	1	2
	%		12,50	4,35	4,55
Outros	N	2	1	1	4
	%	15,38	12,50	4,35	9,09
Total	N	13	8	23	44
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

4.2.6. Aspectos Negativos do Estágio por Ano de Licenciatura

		2000	2001	2002	Total
Critérios de Avaliação	N	2	2	3	7
	%	15,38	33,33	14,29	17,50
Excesso de trabalho	N	6	1	5	12
	%	46,15	16,67	23,81	30,00
Falta de contextualização do trabalho do estagiário	N	2		1	3
	%	15,38		4,76	7,50
Demasiada ênfase na teoria	N	1		3	4
	%	7,69		14,29	10,00
Prestação do orientador de estágio	N	1		3	4
	%	7,69		14,29	10,00
Demasiada burocracia	N		2	3	5
	%		33,33	14,29	12,50
Outros	N	1	1	3	5
	%	7,69	16,67	14,29	12,50
Total	N	13	6	21	40
	%	100,00	100,00	100,00	100,00

4.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL APÓS O CURSO

4.3.1. Frequência de Ações de Formação Profissional

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Não	12	22,64	22,64
Sim	33	62,26	84,91
NS/NR	8	15,09	100,00
Total	53	100,00	

4.3.2. Frequência de Acções de Formação Profissional segundo o Ano de Licenciatura

		Não	Sim	NS/NR	Total
2000	N	3	11	1	15
	%	20,00	73,33	6,67	100,00
2001	N	4	4	1	9
	%	44,44	44,44	11,11	100,00
2002	N	5	18	6	29
	%	17,24	62,07	20,69	100,00
Total	N	12	33	8	53
	%	22,64	62,26	15,09	100,00

4.3.3. Razões para ter frequentado acções de formação profissional segundo o ano de licenciatura

		N	%
2000	Adaptação a mudanças tecnológicas ou actualização de conhecimentos	10	90,90
	Necessidade de formação para progressão na carreira	2	18,18
	Por interesse pessoal	11	100,00
	Outra razão	1	9,09
2001	Adaptação a mudanças tecnológicas ou actualização de conhecimentos	3	75,00
	Por interesse pessoal	4	100,00
2002	Adaptação a mudanças tecnológicas ou actualização de conhecimentos	8	44,44
	Preparar-se para um emprego	5	27,78
	Necessidade de formação para progressão na carreira	5	27,78
	Por interesse pessoal	17	94,44

As percentagens são dos sujeitos respondentes em cada ano de licenciatura

